



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO: um estudo a partir
das narrativas experienciadas por alunas dos cursos da Pós-Graduação
em: Ciências Sociais, Engenharia Civil e Ambiental da Universidade
Federal de Campina Grande / PB**

Elaine Cristina dos Santos Silva

Campina Grande

2023

Elaine Cristina dos Santos Silva

RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO: um estudo a partir das narrativas experienciadas por alunas dos cursos da Pós-Graduação em: Ciências Sociais, Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande / PB

Texto de dissertação, apresentado ao PPGCS como pré-requisito para a aquisição do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Lemuel Dourado Guerra

Campina Grande – PB

2023

S586r

Silva, Elaine Cristina dos Santos.

Relações de gênero no espaço acadêmico: um estudo a partir de narrativas de experiências de alunas dos cursos de pós-graduação de Ciências Sociais e Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande / Elaine Cristina dos Santos Silva. - Campina Grande, 2023.

101 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho"

Referências.

1. Relações de Gênero. 2. Ensino Superior. 3. Representações de Masculinidade e Feminilidade. 4. Discriminação de Gênero. 5. Assédio Moral. 6. Sexismo. 7. Violência Contra a Mulher. I. Guerra Sobrinho, Lemuel Dourado. II. Título.

CDU 316.347(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA

RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO
ACADÊMICO: UM ESTUDO A PARTIR DE
NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS DE ALUNAS
DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E ENGENHARIA CIVIL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais como
pré-requisito para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 30/08/2023

Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho - PPGCS/UFMG
Orientador

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota - PPGCS/UFMG
Examinador Interno

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão - PPGSS/UEPB
Examinador Externo

05/09/2023, 14:54

SEI/UFCG - 3749641 - PRPG-Folha de Assinatura para Teses e Dissertações



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA CRISTINA DE ARAGÃO, Usuário Externo**, em 31/08/2023, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEMUEL DOURADO GUERRA SOBRINHO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/09/2023, às 01:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 05/09/2023, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3749641** e o código CRC **54D8616B**.

Referência: Processo nº 23096.063643/2023-42

SEI nº 3749641



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM
30 DE AGOSTO DE 2023

CANDIDATA: **Elaine Cristina dos Santos Silva**. COMISSÃO EXAMINADORA: Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; José Maria de Jesus Izquierdo Villota, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno e Patrícia Cristina de Aragão, Doutora, PPGSS/UEPB, Examinadora Externa. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *"RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO: um estudo a partir de narrativas de experiências de alunas dos cursos de pós-graduação de Ciências Sociais e Engenharia Civil da Universidade Federal de Campina Grande/PB"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 15:00h - LOCAL: Sala Virtual (Google Meet). Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADA. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 30 de agosto de 2023.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário Acadêmico

LEMUEL DOURADO GUERRA SOBRINHO, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

JOSÉ MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, Doutor, PPGCS/UFCG

Examinador Interno

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO, Doutor, PPGSS/UEPB

06/09/2023, 16:20

SEI/UFCG - 3749334 - Ata de Defesa
Examinadora Externa

ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA

Candidata

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata **ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Cristina dos Santos Silva, Usuário Externo**, em 31/08/2023, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA CRISTINA DE ARAGÃO, Usuário Externo**, em 31/08/2023, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 01/09/2023, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEMUEL DOURADO GUERRA SOBRINHO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/09/2023, às 01:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 05/09/2023, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3749334** e o código CRC **5EAB49AD**.

Referência: Processo nº 23096.063643/2023-42

SEI nº 3749334

Agradecimentos

Expresso minha gratidão a Deus e ao Estado pela oportunidade de ter acesso à educação e ao sistema público de ensino de qualidade, qual tive o privilégio de desfrutar nos últimos anos.

Agradeço sinceramente ao meu orientador, Lemuel Dourado Guerra, por acolher meu projeto de forma empática e gentil, contribuindo significativamente para meu aprendizado.

Minha gratidão se estende à minha família e amigos, que torcem e se alegram com cada uma das minhas conquistas.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão, de maneira particular, aos amigos Andson e Bruna, cujo apoio emocional revelou-se inestimável ao longo da trajetória percorrida.

Agradeço ao professor Valdênio, que esteve no exame do projeto e na qualificação; ao professor Jesus, que participou da qualificação do trabalho e estará também na defesa final, com a professora Patrícia Aragão, a quem também agradeço.

Não posso deixar de mencionar minhas companheiras de mestrado, Débora e Natália pelas angústias e alegrias compartilhadas ao longo dessa jornada

Por fim, expresso meu agradecimento às minhas informantes, pela disponibilidade em participar desta pesquisa.

“Ser forte não significa exercitar os músculos. Significa ser capaz de aprender, ser capaz de defender o que sabemos e pensamos”.

Clarissa Pinkola Estés

RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO: um estudo a partir das narrativas experienciadas por alunas dos cursos da Pós-Graduação em: Ciências Sociais, Engenharia Civil e Ambiente da Universidade Federal de Campina Grande / PB

Elaine Cristina dos Santos Silva

Resumo

Tanto a masculinidade, quanto a feminilidade, são construções sociais. Referentes ao sexo biológico são criadas demandas culturais que definimos papéis que relativos ao gênero masculino e a gênero feminino, bem como as relações de poder entre eles. Neste trabalho temos como objetivo estudar as relações de gênero na universidade, a partir da análise de narrativas de alunas dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande. A perspectiva teórica adotada é uma confluência dos estudos das relações de gênero, representações de masculinidade e feminilidade no ensino superior, destacando-se as contribuições de Foucault, Scott, Butler e Bourdieu. A pesquisa teve um caráter qualitativo, com uma metodologia que consistiu da realização de entrevistas semiestruturadas com uma amostra intencional composta por 18 mulheres estudantes dos cursos de pós-graduação supracitados, selecionadas pela disponibilidade para participar da pesquisa. Dentre as principais conclusões a que chegamos, destacamos as seguintes: (1) o espaço acadêmico dos cursos analisados é atravessado por relações assimétricas de gênero e pela dominação masculina; (2) as manifestações de misoginia, machismo e discriminação de mulheres nos cursos focalizados acontece em termos de verticalidade, de professores para alunas; e também em termos de horizontalidade, na interações entre as estudante e os estudantes, em como entre as estudantes, que por vezes reproduzem a cultura e as práticas machistas/sexistas; e (3) as narrativas das entrevistadas, bem como de alunas da UFCG que fizeram denúncias relativas à discriminação de gênero apontam para um ambiente institucional de modo geral complacente com os eventos de assédio moral, de sexismo e de violência contra mulheres.

Palavras-chave: relações de gênero; representações de masculinidade e feminilidade; ensino superior

GENDER RELATIONS IN THE ACADEMIC SPACE: a study based on narratives of female students' experiences in postgraduate courses in Social Sciences and Civil Engineering at the Federal University of Campina Grande/PB

Elaine Cristina dos Santos Silva

Abstract

Both masculinity and femininity are social constructions. Regarding the biological sex, cultural demands are created that define roles related to the male and female gender, as well as the power relations between them. In this work, we aim to study gender relations at the university, based on the analysis of narratives by students of postgraduate courses in Social Sciences and Civil Engineering at the Federal University of Campina Grande. The theoretical perspective adopted is a confluence of studies on gender relations, representations of masculinity and femininity in higher education, highlighting the contributions of Foucault, Scott, Butler and Bourdieu. The research had a qualitative character, with a methodology that consisted of carrying out semi-structured interviews with an intentional sample composed of eight female students of the aforementioned postgraduate courses, selected by their availability to participate in the research. Among the main conclusions reached, we highlight the following: (1) the academic space of the analyzed courses is crossed by asymmetric gender relations and male domination; (2) the manifestations of misogyny, machismo and discrimination against women in the focused courses happen in terms of verticality, from teachers to students; and also in terms of horizontality, in the interactions between the student and the students, and between the students, who sometimes reproduce the culture and sexist/sexist practices; and (3) the narratives of the interviewees, as well as of UFCG students who made complaints about gender discrimination, point to an institutional environment that is generally complacent with events of moral harassment, sexism and gender violence.

Keywords: *Gender Relations; Representations of Masculinity and Femininity; College Education*

SUMÁRIO

Introdução, 6

CAPÍTULO I – PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DAS TEORIAS DE GÊNERO E SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO, 17

CAPÍTULO II – BREVE RECORTE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MODELOS DE FEMINILIDADE E MASCULINIDADE, 44

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS NARRATIVAS DAS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E EM ENGENHARIA CIVIL DA UFCG, 68

Considerações finais, 89

Referências, 91

Introdução

Examinando em retrospecto a minha obra, percebo que toda vez que me faltou propósito *político*, acabei por escrever livros sem vida e fui traído por trechos floreados, frases sem sentido, adjetivos ornamentais e enganados em geral. (George Orwell, 2021, p. 19)

A inspiração para uma escrita engajada como pensada por Orwell, serve de mote para iniciar esta dissertação. Mesmo que a pesquisadora procure construir uma análise o mais 'objetiva' possível, exerce sua subjetividade na seleção de temas, de enquadramentos, de técnicas de levantamento e análise dos dados, sendo, portanto, uma produtora intelectual que se posiciona. Assim como encontramos no ensaio escrito por [Carol Hanisch](#), sob o título "*The Personal is Political*", em 1970, parto da ideia de que o que se escreve é político, inclusive na escrita acadêmica (SAFFIOTI, 2015. p. 45).

A história de vida de cada pessoa é forjada na relação com fenômenos a ela exteriores, em uma chave do que Jung (2021) chama de *sincronicidade*. Com base nessa ideia, permito-me afirmar não ter escolhido o presente tema de pesquisa, mas ter sido por ele 'escolhida'. Minha pretensão é que este texto sirva, a partir de sua publicação, como uma ferramenta para que leitores e as futuras formulações de políticas públicas referidas à produção social de relações de gênero levem em consideração o desejo pela configuração de contextos mais simétricos possíveis.

No atual contexto brasileiro, refletir sobre as relações de gênero é uma operação relevante e provocadora, na medida que vivemos um contexto de demonização da temática, inscrevendo-se este trabalho no conjunto de esforços realizados pelos/pelas estudiosos e estudiosas para destacar que as construções dos perfis de comportamento feminino e masculino definem-se uma em função da outra, incidindo sobre elas temporalidades, espacialidades e culturas determinadas (MATOS, 2000, p. 20).

Minha aproximação com a temática se deu a partir de um episódio da história recente de Campina Grande, o qual me causou a primeira inquietação e o desejo de me debruçar sobre as questões referidas às relações de gênero no

espaço acadêmico: um professor do curso de Engenharia Civil (UFCG), postou um comentário no *Facebook*, no qual focalizava as relações de gênero, perguntando:

Quem vai fazer os trabalhos mais pesados, perigosos e insalubres? *Homi* ou *muié (sic)*? Quem vai construir pontes, arranha-céus, estradas, represas, cultivar plantações, explorar minas subterrâneas, poços de petróleo, o carai, cacete? Aí ficam essas quengas latindo e reclamando o tempo todo. Então vai, porra!!! Assume essa merda aí. Sustenta a casa, porra!!! Eu fico cuidando dos meninos em casa, fazendo a comida e te esperando de pomba dura à noite. Topas?¹

A fala do professor acima citada associa feminilidade e masculinidade a determinados comportamentos, o que nos remete às condicionalidades sociais correlacionadas ao gênero e aos modelos históricos de masculinidade e feminilidade, bem como a uma desqualificação das falas feministas e da requalificação dos papéis historicamente atribuídos a mulheres, conquistada através de duras lutas.

No período em que formulamos o projeto e começamos o trabalho de campo, aconteceu outro caso de violência contra a mulher na UFCG que ganhou visibilidade. Tratou-se de uma publicação da aluna Aline Souza, em sua página no *Instagram*, através da ferramenta dos *reels*. No vídeo por ela postado ela expõe uma situação de assédio e uma denúncia feita em 2013 (até o presente sem nenhuma resposta institucional). Aline diz:

Sou Aline Souza. Formei-me aqui na Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, em Engenharia de Materiais. Em 2013 abri um processo contra o professor Jeferson Nascimento, denunciando que ele assediava as alunas em sala de aula, além de fazer comentário misóginos e gordofóbicos. Segundo a instituição, 'perderam o processo'. Disseram que houve um incêndio no protocolo da UFCG e nele o referido processo deixou de existir. Então, agora, em 2022, eu volto aqui à universidade para abrir um terceiro processo com mesmo objetivo, esperando que sejam tomadas providências administrativas que cabem ao professor Jeferson Nascimento. Ele não pode continuar assediando as alunas em sala de aula, assim como vários professores continuam fazendo isso aqui, no Estado da Paraíba e em outros lugares do Brasil. A gente não pode ficar calada em relação a isso. Acredito que a gente tem

¹ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/12/pb-professor-da-ufcg-faz-comentario-machista-universidade-vai-apurar-caso.htm>

que denunciar professores que assediam alunos/alunas na sala de aula.

O trecho do *post* acima trazido, soa como um desabafo, chamando a atenção para o comportamento criminoso do professor citado e de outros não citados, a recorrente alusão a vários pontos de uma cultura patriarcal e misógina, incluindo a desqualificação de mulheres que se afastam de padrões de beleza feminina advindos de um imaginário coletivo referido à feminilidade.

O professor a quem foi direcionado o processo citado no *post*-denúncia de Aline, Ricardo Cabral, é diretor do Centro de Ciências e Tecnologia na Universidade Federal de Campina Grande, homem e branco, que o processo havia sido perdido, por incêndio, quando posteriormente revela-se que o processo existe, e simplesmente não foi tratado da forma correta. O professor citado no processo, acusado de assédio, continua em suas atividades habituais na instituição UFCG, desde a primeira denúncia, que completou dez anos em 2022.

Em relação aos processos encaminhados à Ouvidoria da UFCG, fui informada, que não há nenhuma denúncia referente a relações de gênero entre os anos de 2012 à 2022, nos cursos de graduação e pós graduação de Ciências Sociais e Engenharia Civil. No caso de violência contra grupos minoritários/subalternos, é recorrente a dificuldade de averiguar as ocorrências na instituição. O mais comum é que saibamos de casos sobre violência de gênero na universidade, sendo frequente o silêncio sobre o que se faz em relação a eles.

Nesse contexto, é possível identificar a existência de relações de poder nas dinâmicas sociais do espaço universitário da UFCG, as quais dificultam a apuração e punição de eventuais culpados de discriminação contra a mulher.

Pensamos o poder a partir das contribuições de Foucault, segundo a qual ele se exerce em termos macro e microssociais, em todas as esferas da vida social. A análise do poder proposta pelo autor citado proporciona a exploração

da intrincada rede de micro poderes em funcionamento nas interações sociais em geral, e aqui, especificamente no espaço acadêmico.

Tomemos como exemplo o caso de Aline, cujas ações incluem denunciar e fiscalizar o andamento do processo por ela movido. Dez anos após o processo por ela iniciado, denuncia que o mesmo não teve nenhum resultado, estando a sua demanda de reparação de danos e punição do acusado ainda sem resposta. Ao mesmo tempo que se pode depreender que as relações de poder produzem a impunidade de ações de professores que podem ser classificadas de misóginas, também se verifica resistência sendo exercida por uma representante do segmento social definido como subjugado. Configura-se, em termos foucaultianos, a construção de um campo de poder no qual se exerce dominação e opressão, mas também se encontra resistência.

Espaços educativos provêm atividades de ensino e de pesquisa, sendo lugares sociais implicados com a produção e troca de conhecimentos e saberes, além de fazerem circular pedagogias de modos de ser e estar no mundo, bem como produzem e reproduzem significados sociais da vida coletiva e subjetividades dos indivíduos que deles participam (Longaray & Ribeiro, 2015).

O aprendizado e a formação de indivíduos para serem membros da sociedade acontece em vários lugares em que se oferecem pedagogias de si, as quais podem ser observadas em escolas – nos seus diversos níveis e tipos – nas mídias, instituições religiosas, círculos de amigos, profissionais, dentre outros. Segundo Favero (2016. p. 217),

Como produtora e não só reprodutora de conhecimento, a Universidade se configura como um contexto educativo privilegiado para refletir sobre diversidade sexual e de gênero, equidade de gênero, violências de gênero e as diferentes formas de assédio, violência homofóbica, entre outros assuntos.

Nesta dissertação, entendemos as violências de gênero como presentes de várias formas e em vários outros espaços sociais. Em um estudo recente por exemplo, Godinho (2020) nos revela que a violência doméstica está atrelada à violência de gênero observada no espaço universitário. Segundo a autora citada, na universidade são reproduzidas estruturas de dominação simbólica masculina, reproduzidas no modelo de família patriarcal durante gerações.

No Brasil temos um alto índice de feminicídio, o assassinato de mulheres. Vale lembrar que o feminicídio recorrentemente é a última etapa de uma série de violências cometidas contra mulheres, podendo se associar ao procedimento detalhado por Semélin (2009, p. 25), na análise da violência extrema empregada contra o inimigo nos massacres políticos. Para esse autor, destroçar moralmente a vítima antes de matá-la é uma maneira de estigmatizá-la, de rebaixá-la, de anulá-la”.

Todas as etapas anteriores ao feminicídio, as violências praticadas contra a mulher, podem ser analisadas em seu aspecto de violência simbólica, definida por Bourdieu (2020) como um tipo de coação que não utiliza de força física, mas que investe contra o sujeito de forma tão ou mais cruel, ao impor poder através de uma via moral ou psicológica. Trazendo a reflexão sobre violência simbólica para o espaço acadêmico, Godinho (2020, pp. 10-11) diz:

Observamos vários tipos de violência simbólica exercida contra estudantes universitárias brasileiras por professores, colegas e funcionários que compartilham com elas o espaço acadêmico, os quais constantemente são naturalizados pelos agressores, e, muitas vezes, também pelas próprias vítimas. A hipótese é que neste processo são reproduzidas as estruturas de violência simbólica contra a mulher desenhadas pela família patriarcal brasileira durante gerações, o que torna este tipo de violência mais sutil se comparada à violência física, mas não menos devastadora.

A autora, tomando por base as contribuições de Bourdieu (2020) sobre a dominação masculina, destaca como a sociedade patriarcal moldou a violência contra a mulher em termos de violência simbólica, ao ponto de passar despercebida nas relações de gênero em ambientes como os das universidades.

Para Bourdieu (2020), a violência simbólica é um desdobramento do exercício de poder simbólico, um tipo de poder invisível que passa a regular práticas e condutas dos sujeitos sociais, e tem potência para moldar vidas, identidades, subjetividades, pois tem seu fundamento na construção e afirmação recorrente de valores. Segundo o teórico citado, o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e estes só se subordinam a ele porque o *constroem* como poder, junto com os que os subordinam.

A construção da dominação acaba não sendo permanentemente consciente e livre, e sim um efeito de relações de poder gravadas duradouramente nos corpos dos/das dominados/das, segundo Bourdieu, sob a forma de esquemas tácitos incorporados (Bourdieu, 2020, p. 85).

É propriamente o caso das violências psicológica e moral contra a mulher, observadas em espaços sociais como igrejas, família, escolas e universidades. Cotidianamente casos de violência contra a mulher são referidos por alunas nas universidades. Bandeira (2017, p. 52) nos revela que:

Dentre os espaços com plena expansão de expressividades da violência de gênero e contra as mulheres, observa-se um 'avanço' desenfreado em diversos *campi* universitários espalhados pela vastidão do país, onde se realizam 'troles violentos', assédios sexual e moral, além de estupros, e em algumas situações chegou-se ao assassinato.

Em termos de contexto histórico, podemos observar que desde a criação das primeiras faculdades brasileiras já eram reportadas violências nos eventos de recepção dos chamados "feras", podemos citar como exemplo a primeiro trote brasileiro, em 1831, que acabou na morte de um aluno do curso de Direito de Olinda. Daí quando as mulheres começaram a ter expressividade nas universidades brasileiras, estes trotes que eram exclusivos direcionados a indivíduos do sexo masculino, começam a incluir as mulheres.

Sobre esse ponto, Bandeira (2017, p. 52) discute a violência de gênero dentro de *campi* universitários brasileiros, nos seguintes termos:

Dentre os espaços com plena expansão de expressividades da violência de gênero e mais especificamente contra mulheres, observa-se um 'avanço' desenfreado em diversos *campi* universitários espalhados pelo país, onde se realizam os 'troles violentos', os assédios sexual e moral, além de estupros, e em algumas situações chegou-se a assassinatos.

Para entender as relações de gênero e a violência de gênero no espaço universitário é necessário pensar como os modelos culturais de masculinidade e feminilidade se relacionam com as perspectivas socialmente construídas para homens e mulheres em termos de carreiras e com as escolhas dos cursos superiores a serem feitos:

As relações de gênero limitam as opções de formação profissional de ambos os sexos. Partindo do pressuposto de que a naturalização das relações sociais, neste caso de sexo e gênero, leva as mulheres a procurarem tendencialmente carreiras ligadas ao cuidado, e os homens a procurarem tendencialmente carreiras tecnológicas e científicas. (Pinto; Carvalho & Rabay, 2017, p. 49)

Com as transformações nas concepções de gênero em sua interface com carreiras e formações necessárias para segui-las, áreas do ensino universitários que antes eram definidas como majoritariamente masculinas têm recebido gradualmente mais mulheres, o que intensifica em alguns casos as tensões relativas às relações de gênero entre estudantes e entre professores/ras e estudantes.

Oliveira e Pillar (2020, p. 4) destacam que as relações de gênero baseadas em uma cultura patriarcal, produzem uma distribuição desigual de autoridade, de poder e de prestígio entre homens e mulheres, a qual incide sobre os territórios escolares em geral e particularmente sobre o referido às formações profissionais em curso de graduação e pós-graduação.

Segundo Pinto; Carvalho e Rabay (2017), é necessário considerar a desigualdade relativa ao gênero e ao sexo já na escolha do curso de graduação, na medida em que as definições socioculturais de profissões consideradas adequadas para homens e para mulheres é um dos efeitos das socializações de gênero sobre a montagem que os indivíduos fazem de projetos de vida e emprego.

Para pensar a violência de gênero nas universidades brasileiras, citamos a seguir trechos de matérias publicadas na mídia sobre o tema:

A maioria das alunas da UFJF teme sofrer violência no campus. De acordo com o estudo, 23% das estudantes ouvidas já relataram ter sofrido algum tipo de violência na instituição, 77,7% das alunas dizem já terem sentido medo de ser vítima da violência no ambiente universitário, e 78,3% já deixaram de circular ou permanecer na UFJF por este temor. Os resultados são bem diferentes dos relatos coletados por estudantes do sexo masculino. Segundo o levantamento, 17,9% dos alunos se

sentem inseguros ou muito inseguros na UFJF em comparação a 45,1% das alunas.²

Três estudantes doparam e estupraram uma aluna de 17 anos durante viagem do Instituto Federal do Piauí ao Tocantins. (*The Intercept* Brasil, 10/12/2019)

Um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro do Centro Universitário Estácio da Bahia, em Salvador. (*The Intercept* Brasil, 10/12/2019)

Universitárias da UNESP protestam contra professores durante formatura: ‘Queremos aula, não assédio’ (G1, 16/03/2018)

Dez alunas denunciam professor de universidade em SC por crimes sexuais. (UOL, 31/03/2018)

Um professor de história foi acusado de aterrorizar e assediar física e psicologicamente 10 alunas na Universidade do Estado de Santa Catarina. (*The Intercept* Brasil, 10/12/2019)

As referências acima representam uma pequena amostra do que aparece na mídia sobre violência de gênero contra a mulher em espaços acadêmicos. Além do fato de que muitos casos não são denunciados, nem chegam ao conhecimento público, eventualmente quem leu os trechos acima foi tomado/tomada por uma sensação de *déjà vu*. Isso indica que as violências também seguem um padrão de perpetração, denúncia e investigação.

Segundo o *Intercept*, “a vítima denuncia a violência (na ouvidoria da faculdade, na *internet* ou na imprensa), duvida-se da palavra dela, prefere-se a palavra do agressor, e, muitas vezes, sindicâncias e investigações se arrastam por anos” (*The Intercept* Brasil, 10/12/2019).

Em um exemplo recente, ocorrido no âmbito universitário, emergiu um escândalo envolvendo o renomado sociólogo Boaventura de Souza Santos, de 82 anos, que foi acusado por cinco alunas de práticas de assédio sexual. Além das acusações direcionadas ao sociólogo, também foram apresentadas denúncias de assédio sexual praticados por seu assistente, Bruno Sena Martins, de 45 anos. Esse exemplo é pertinente para ilustrar situações que envolvem figuras influentes no meio acadêmico e a importância de abordar questões

² <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/21-11-2018/quase-80-das-alunas-da-ufff-temem-violencia-no-campus.html> [Acesso em 24 de julho de 2022].

delicadas e controversas como o assédio sexual nas universidades e institutos de pesquisa.

Os efeitos das socializações referidas à pedagogia dos papéis de gênero estão presentes nos casos acima citados, replicando em vários espaços sociais diversos tipos e violências e ofensas cometidas, em sua maioria, por homens em relação a mulheres. O espaço universitário não existe em um mundo paralelo. Os discentes, docentes e funcionários experienciam processos de socialização e são produzidos mergulhados em relações de gêneros na cultura em que estamos todos imersos, sendo, portanto, susceptíveis de reproduzir, não importando o nível de instrução alcançado, os padrões de machismo, patriarcalismo e misoginia socialmente propostos e legitimados.

Nesse sentido, Bruschini (1978), já chamava a atenção para as discriminações e preconceitos baseados nas definições paradigmáticas de gênero masculino e feminino, observados em relação à presença de mulheres em algumas profissões consideradas socialmente como “apropriadas para homens”. Isso frequentemente tem como base a ideia de que a mulher (os homens não) precisa conciliar trabalho profissional (formal) com trabalho doméstico (informal).

Morais (2021) nos mostra esse imaginário continua em vigor, mesmo que se observe um crescimento significativo de mulheres no campo das engenharias, área que tem deixado dessa forma, de ser uma espécie de gueto masculino.

Nas narrativas de mulheres acima apresentadas, as vítimas de assédio moral, são de cursos de engenharia da UFCG, o que nos leva a supor a existência, nos cursos referidos, de relações assimétricas de gênero em cursos, historicamente definidos como ‘masculinos’

As relações entre homens e mulheres atravessam todo o espaço social, não sendo diferente no ambiente acadêmico. Estudar esse tema tendo como *locus* a universidade se deveu a nossa percepção experiencial e nossa intenção

de contribuir para o conjunto de reflexões sobre a dominação masculina (BOURDIEU, 2012) neste espaço.

Segundo D'Oliveira (2019, p. 37),

Essa particular expressão da violência de gênero tem sido reconhecida como frequente problema nas universidades europeias, dos EUA e do Canadá nas últimas duas décadas, mas no Brasil sua visibilidade é ainda recente.

Nossa proposta neste trabalho de dissertação é, a partir da revisão da literatura e de conceitos fundamentais da socioantropologia de gênero, estudar as relações de gênero, a violência de gênero no espaço escolar universitário, tendo como objeto empírico as narrativas de mulheres estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação em Ciências Sociais e de Engenharia Civil da UFCG.

A escolha dos dois cursos citados se deveu a nossa intenção de comparar os contextos relativos às relações de gênero e violência contra a mulher em duas áreas distintas de conhecimento, inclusive com a intenção de comparar as dinâmicas referidas às variáveis dos estudos em cursos da área de Humanas e da área de Exatas.

As questões de pesquisa que pretendemos enfrentar podem ser assim enunciadas:

- (1) De que maneira os lugares 'para homens' e 'para mulheres' vão se constituindo durante as trajetórias de socialização dos indivíduos, desdobrando-se na classificação de 'cursos para homens' e de 'cursos para mulheres'?
- (2) Como mulheres que fazem cursos hegemonicamente definidos como 'para homens' experienciam seu período de formação universitária?
- (3) De que formas no espaço acadêmico da UFCG se desenrolam as relações de gênero em cursos da área de *Exatas* e nos de *Humanas*?
- (4) Como as estudantes das duas áreas narram suas experiências de formação universitária em termos de relações de gênero, considerando o nível de

interações entre colegas; entre as estudantes e professores/professoras; e entre as estudantes e os/as técnicos/técnicas?

Para a realização do trabalho de campo, constituímos uma amostra não aleatória, através da busca de estudantes dos cursos selecionados, apresentamos a proposta do estudo a estudantes mulheres dos cursos citados, conseguindo a adesão de 14 alunas, sete da pós-graduação em Ciências Sociais e sete da pós-graduação em Engenharia Civil, no *campus*-sede da UFCG. O contato e seleção das estudantes a serem entrevistadas foi feito através de convites eletrônicos enviados por meio de *direct*, na rede social *instagram*³ e nas comunidades e grupos digitais da universidade citada.

Nossa intenção tem sido a de levantar informações sobre as maneiras pelas quais as estudantes entrevistadas experienciam/experienciaram relações e questões de gênero no espaço acadêmico e como elas lidam/lidaram com a dominação masculina, levando em consideração as especificidades dos lugares sociais ocupados por cada uma delas.

A estruturação do texto da dissertação foi feita em três capítulos, que se seguem a essa introdução: no primeiro, apresentamos uma discussão teórica sobre os conceitos de gênero, de relações de gênero de dominação masculina, usando as contribuições, Foucault (2014), Joan Scott (1988), Butler (2007), dentre outros/outras. Neste capítulo também, trago uma breve revisão da literatura sobre relações de gênero e violência de gênero nos diversos níveis do espaço escolar.

No segundo, apresento uma abordagem sociohistoriográfica da construção social binária da feminilidade e da masculinidade, usando, dentre outros autores e autoras, as contribuições de Del Priore (2014), e Bourdieu (2012).

No terceiro capítulo, trago a análise das entrevistas realizadas com a amostra de estudantes mulheres que estão ou estiveram em cursos de

³ O **Instagram** é uma [rede social](#) *online* de compartilhamento de [fotos](#) e [vídeos](#) entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como [Facebook](#), [Twitter](#).

graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e Engenharia Civil da UFCG, no que concerne às suas experiências relativas às relações de gênero no espaço acadêmico.

Seguem-se as considerações finais e a lista de referências utilizadas ao longo do texto.

CAPÍTULO I – UMA ANÁLISE DO CONCEITO GÊNERO E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO

Neste capítulo discutimos as contribuições de quatro proeminentes pensadoras/or do tema do gênero e das relações de gênero: Scott, Beauvoir, Butler e Foucault. Cada um/a desses autores/as oferece perspectivas complementares para o entendimento das construções sociais e culturais que moldam as identidades de gênero e as relações de poder subjacentes.

Com as contribuições de Scott e Butler, exploraremos a dimensão política do gênero, enfatizando como normas e valores são construídos e institucionalizados, afetando as vidas dos sujeitos no contexto social, Beauvoir por sua vez, nos levará a uma reflexão filosófica sobre a opressão feminina e a questão da alteridade de gênero, trazendo à tona a discussão sobre a construção da mulher como “o outro” na sociedade.

A análise de Butler, nos permitirá, avançar no entendimento das performances de gênero e a noção de que a identidade de gênero é uma construção contínua e performativa, suas ideias desafiam as concepções tradicionais e binárias de gênero, abrindo espaço para a diversidade e fluidez de identidades de gênero.

Por fim, através do pensamento de Foucault, examinaremos as estruturas de poder que regulam e controlam as identidades de gênero, destacando como práticas sociais e institucionais moldam e restringem as formas de ser e agir no mundo a partir dessa variável.

A exploração apoiada nesses quatro autores permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas de gênero, das desigualdades e desafios enfrentados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao compreender como o gênero é moldado e vivenciado, poderemos avançar em direção de contextos marcados por relações de gênero mais simétricas.

Para Varika (2016. p. 22), nos seres humanos o gênero não corresponde sempre ao sexo biológico, mas resulta de regras precisas, identificáveis nas práticas sociais que organizam uma dada sociedade.

O termo “gênero” foi consagrado por autores e autoras da Língua inglesa, a partir da palavra *gender*, que assim como em Português, na gramática era designado para denominar as palavras femininas e masculinas (ou neutras). Como afirma Haraway (2004, p. 211),

[...] apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta.

A hiper citada afirmação de Beauvoir traz o papel da cultura para o entendimento do termo ‘gênero’, chamando a atenção para o fato de que os papéis atribuídos a homem e a mulher são culturalmente moldados, variando segundo o espaço social e a temporalidade considerados. As definições de masculinidades e de feminilidades têm como origem a cultura, que estabelece modelos de *performances* de gênero, com base nas representações de ‘homem’ e de ‘mulher’ que vão sendo construídas e disseminadas.

No âmbito desta dissertação, o conceito de gênero, é abordado predominantemente com base nas propostas conceituais apresentadas por Joan Scott e Judith Butler. Em 1986, Scott publicou um influente artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, que se tornou um marco nos estudos sobre essa temática. Pouco tempo depois, em 1990, Butler lançou o livro “Problemas de gênero feminismo e subversão de identidade” Ambas as autoras compartilham a compreensão de que o conceito de gênero é uma ferramenta que possibilita descrever as construções sociais e culturais que se referem a diferenças sexuais biologicamente estabelecidas.

Scott (1995) propôs uma abordagem histórica de gênero enfatizando que ele não é uma mera expressão natural das diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas sim um produto das relações de poder e das representações culturais e histórica dos dois modos de existir dos humanos. Ao considerar o gênero como uma categoria de análise histórica, Scott (*idem*) enfatiza a importância de examinar como as normas, valores e papéis atribuídos a homens

e mulheres têm sido moldados e transformados ao longo do tempo e do espaço considerados.

Por sua vez, Butler (1990) introduziu o conceito de “performatividade de gênero”, argumentando que a identidade de gênero não é uma essência fixa, mas sim uma constante produção e repetição de comportamentos que reitera noções culturalmente construídas do que é ser homem ou mulher. Butler (*idem*) desafia a concepção tradicional de gênero como algo natural ou inato, propondo uma abordagem mais fluida, contingente e situacional.

Uma fonte mais remota da perspectiva a respeito de gênero e de relações de gênero aqui adotada é Foucault, mais precisamente em sua obra *A história da sexualidade I: a vontade de saber* (2014). Nesta, o autor esclarece que o sexo, e os comportamentos socialmente estabelecidos como desejados na área da sexualidade, se relacionam com padrões de masculinidade e feminilidade hegemônicos em espacialidades determinadas, os quais variam ao longo da história. Para Foucault, o sexo e o gênero constituem um pano de fundo para uma disputa política, sendo eles pontos de articulação sobre os quais se desenvolvem a biopolítica e as dobraduras do poder sobre os corpos.

Podemos ler em Foucault (2014) uma associação implícita entre os dispositivos de sexualidade, os modos dominantes de dizibilidade, visibilidade e inteligibilidade da economia do corpo sexuado e generificado, os quais estão ligados com a história e cultura, e têm suas variações de acordo as mudanças que nestas acontecem.

A visão foucaultiana da história da sexualidade questiona a linearidade dos dispositivos de sexualidade generificada, a ideia de uma história única e totalizante. Ao mesmo tempo, esse autor chama a atenção para a dualidade repressão-resistência na área da sexualidade e dos modelos de corporalidade masculina e feminina (Foucault, 2014).

1.1 Joan Scott e suas contribuições para o conceito de gênero

No seu artigo “Gênero uma categoria útil para análise histórica”, Scott (1995) propões que “gênero” é uma categoria útil de análise para história das

mulheres e para a história em geral. Ela nos permite analisar as diferenças socioculturais construídas entre os sexos ao longo dos séculos, destacando a autora que as definições de masculino e de feminino têm uma variação ao longo do tempo e das espacialidades.

No início de seu artigo, Scott aponta a dificuldade gramatical em torno do termo gênero. Segundo ela, ao longo do tempo as pessoas usaram de formas figuradas os termos gramaticais para mascarar os traços de caráter ou traços sexuais e exemplifica isso através de uma tentativa do dicionário da língua francesa de tentar definir o gênero: “não se sabe qual é o gênero, se é macho ou fêmea. Fala-se de um homem muito retraído, cujos sentimentos são desconhecidos” (SCOTT, 1995, p. 54). Scott (*idem*) aponta para a inexatidão do que é o gênero, observando-se a prática de se construírem hipóteses sobre o indivíduo ser homem ou mulher com base nas características do comportamento do sujeito.

Conforme a estudiosa, a história dos homens e das mulheres devem receber a mesma atenção e serem examinadas de formas igualitárias, e que não se deveria trabalhar exclusivamente acerca do sexo/gênero oprimido, já que o dever do historiador não pode se alicerçar sobre um único olhar.

Na proposta scottiana, o estudo de gênero implica no estudo do outro. É importante observar que a aplicação do conceito está assentada na distinção binária entre a cultura e a natureza, que é significada pelo sexo (Carvalho, 2011), sendo apropriado por feministas na luta contra a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e contra seus resultados.

Scott (*idem*) critica as teorias do patriarcado, como no trecho a seguir:

As teóricas do patriarcado questionam a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os(as) historiadores(as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, quer a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela

retificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. (Scott, 1995, p. 10)

A autora nos apresenta uma reflexão crítica sobre as teorias do patriarcado, enfatizando as suas contribuições e ao mesmo tempo apontando algumas limitações nas análises históricas. Ela também questiona a desigualdade entre homens e mulher, reconhecendo a importância dessas teorias para compreender a subordinação das mulheres em diversas sociedades. No entanto, ela destaca que essas teorias apresentam alguns problemas que precisam ser considerados.

Em primeiro lugar, as teorias do patriarcado focam em uma análise interna ao sistema de gênero, mas também afirmam a primazia desse sistema em relação a todas as outras formas de organização social. Isso significa que, ao se concentrarem exclusivamente na desigualdade de gênero, essas teorias podem negligenciar as interseções com outras desigualdades sociais, como classe, raça e orientação sexual. A análise isolada da desigualdade de gênero pode deixar de considerar como essas outras formas de opressão se entrelaçam e reforçam mutuamente.

Em segundo lugar, a autora aponta que as teorias do patriarcado frequentemente fundamentam sua análise na diferença física entre homens e mulheres. Isso pode levar a uma simplificação excessiva das relações de poder, reduzindo-as a uma questão biológica. Essa abordagem pode não dar conta das construções sociais e culturais que sustentam a desigualdade de gênero, ignorando as dimensões simbólicas e discursivas que perpetuam as relações hierárquicas entre os sexos.

Assim, a citação ressalta a importância de considerar criticamente as teorias do patriarcado e procurar uma abordagem mais abrangente e interseccional para analisar desigualdades de gênero e as suas conexões com outras formas de opressão.

Ao longo dos anos 1980 desenvolveu-se uma crítica à visão funcionalista do sexo, propondo a compreensão dele como uma categoria determinada pela história e pela cultura, abandonando totalmente a concepção dele como forma natural e fixa. Scott (*idem*), faz parte das estudiosas que refletem sobre estas

diferenças, culturas e noções de identidade, corpo, masculinidade, feminilidade, pensando em que elas podem ser diferentes dos modelos ocidentais hegemônicos.

Scott (1995, p. 86) afirma que:

O gênero é um elemento constituído de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre sexos, sendo os modelos de masculinidades e de feminilidades formas primárias de dar significado às relações de poder. Como elemento constitutivo das relações sociais fundando sobre as diferenças percebidas entre os sexos o gênero implicaria os símbolos culturalmente disponíveis numa sociedade que evocam representações simbólicas (e com frequência, contraditórias); os conceitos normativos, ou seja, as doutrinas (religiosas, educativas, jurídicas, políticas, científicas etc.) que “expressam interpretações dos significados dos símbolos”, as instituições sociais, a organização social e econômica (o que inclui o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, etc.) as identidades subjetivas são substantivamente constituídas pelos sujeitos.

A autora destaca que o gênero é um campo de domínio primário, “no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”, sendo para ela o centro da questão a ideia de que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21).

Scott (*idem*) oferece uma abordagem abrangente e interdisciplinar para compreender o conceito de gênero. Através da identificação de quatro elementos interligados, a autora destaca a complexidade e a fluidez das relações de gênero na sociedade.

Em primeiro lugar, ela enfatiza a importância dos símbolos culturalmente disponíveis como agentes provocadores de múltiplas representações de gênero, muitas vezes contraditórias, que encontram expressão nas esferas religiosas, educacionais, científicas e políticas. Esse destaque é fundamental, pois evidencia como as crenças e percepções sobre gênero são moldadas e reproduzidas através do símbolo cultural.

O segundo elemento apontado por Scott (1995) refere-se à escrita da história e seu vínculo com o uso desses símbolos. Ao problematizar a tendência

de considerar as posições normativas como fruto de consenso e não de conflito, a autora levanta questões cruciais sobre a narrativa histórica, ressaltando a importância de analisar criticamente o papel dos símbolos na construção e perpetuação das hierarquias de gênero.

O terceiro aspecto das relações de gênero, segundo Scott (*idem*), direciona o foco para o objetivo da pesquisa histórica, que é compreender a natureza dos debates ou repressões que levaram à concepção rígida de representação binária de masculinidade e feminilidade. Essa perspectiva histórica é fundamental para reconhecer como os conceitos de gênero foram moldados ao longo do tempo e como as lutas pelo poder influenciam tais concepções.

Por fim, o quarto elemento apontado por Scott aborda o gênero como uma identidade subjetiva, forjada pela estruturação do poder. Nessa abordagem, é evidente a relevância da análise das dinâmicas sociais e políticas na construção das identidades de gênero individuais e coletivas. Nesse sentido, a autora propõe uma análise histórica densa do conceito de gênero, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das complexas interações entre cultura história, poder e identidade na construção das relações de gênero em diferentes contextos sociais. Sua abordagem interdisciplinar e crítica é um convite à reflexão e ao diálogo contínuo entre diversas do conhecimento no estudo das questões de gênero.

Scott (1995) busca enfatizar que nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados, fora das relações sociais. Os corpos de homens e mulheres não originam essências ou experiências fundantes de pretensas naturezas feminina ou masculina. A dificuldade está em que certos domínios da vida social têm sido sistematicamente associados à natureza e assim retirados à ação humana: a infância, a família, a sexualidade, as mulheres são alguns casos. Parte do esforço das teóricas do gênero tem sido exatamente de desnaturalizar esses domínios, construindo sua história, afirmando sua variabilidade e sua inserção no campo da cultura.

Com base nesta perspectiva, Scott (1995) identifica as ramificações da construção dos gêneros no contexto do mercado de trabalho, caracterizada pela segregação sexual, bem como nas instituições sociais de modo geral e no sistema político, resultando em relações assimétricas que tendem a favorecer do sexo masculino.

A presente pesquisa em questão fundamenta-se na abordagem proposta por esta autora que interliga as relações de gênero com estudos do poder, concebendo práticas sociais que permeiam diversas esferas, incluindo as relações pessoais, grupais e institucionais. De maneira mais específica, a universidade é abordada como parte significativa desse contexto.

No ambiente acadêmico, observa-se uma cultura predominante de cunho machista e patriarcal que valida e naturaliza a ocorrência de violência de gênero, resultado em estruturas densamente hierárquicas e relações marcadas pela desigualdade. Conseqüentemente, mulheres e aqueles/as que não se enquadram nos padrões heteronormativos impostos pela sociedade são particularmente vulneráveis a essas dinâmicas (SOUZA, 2021).

Seguindo Scott (1995), e Louro (1997), pensamos que é necessário buscar as justificativas para hierarquização de gênero não nas diferenças biológicas, mas sim nas estruturas sociais, na trajetória histórica, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas formas de representação de feminilidade e masculinidade.

Dessa forma, para uma análise aprofundada das relações entre homens e mulheres em uma sociedade, torna-se essencial considerar não apenas o fator biológico de sexo, mas sim a construção social que molda o conceito de gênero. Nesse sentido, o gênero emerge como um tópico fundamental para o debate e uma ferramenta de relevância política (SCOTT, 1995, p. 72). A compreensão de que as hierarquias de gênero são resultantes de construções sociais e históricas reforça a importância de uma análise crítica e sensível das questões de gênero, além de fomentar a busca por práticas e políticas que promovam igualdade e a justiça social em diversas esferas da vida em sociedade.

Bourdieu (1999) corrobora essa perspectiva, quando diz que não se deve desprezar o fato de construção dos gêneros envolver o corpo, apesar do caráter social das diferenças entre homens e mulheres. O autor argumenta que se observa um processo contínuo e histórico de produção dos modelos de feminilidade e masculinidade, em conjunção com a construção social dos corpos, através do qual encontramos a “socialização” do biológico e, em paralelo, a “biologização” do social, mascarando-se a divisão dos gêneros nas sociedades e a dominação masculina (CAPPELLE, 2004).

A afirmação de que a “socialização” do “biológico e a “biologização” do social ocorrem de forma concomitante, mascara a divisão dos gêneros nas sociedades, sendo a dominação masculina essencial para compreender as complexas interações entre a biologia e cultura na construção das identidades de gênero.

Segundo Louro (2004), o mais interessante em termos de operacionalização dos conceitos nas pesquisas empíricas sobre relações de gênero é entendê-lo como constituinte de identidades dos sujeitos, as quais são mobilizadas em seus trânsitos pelas diversas instituições sociais, as quais, por sua vez “fabricam” os sujeitos e funcionam a partir de hierarquizações de gêneros específicas.

Como exemplo de hierarquização de gêneros, nas definições de “lugares próprios” para homens e mulheres, podemos citar a área da saúde, na qual a enfermagem é social e culturalmente definida como mais pertinente a mulheres do que a homens; a medicina, como mais apropriada para homens (com ressalvas dentro dos subcampos de especialidades associadas com “cuidado”, a exemplo da pediatria) (Fonseca, 1996).

Grande parte das profissões assistenciais, são socialmente construídas como ‘de natureza feminina’, a exemplo da enfermagem, da psicologia, da terapia ocupacional, da nutrição, da pedagogia (nos anos iniciais) e do serviço social (Fonseca, 2000).

Desde a década de 1960, observou-se uma tendência global de crescimento da presença de mulheres em níveis educacionais mais elevados, o

que se associa com uma diminuição das desigualdades de gênero no acesso ao ensino superior em vários países. As mulheres, que em diversos contextos nacionais tinham trajetórias educacionais tendencialmente mais curtas do que os homens, passaram a concluir níveis de ensino mais avançados ao redor do mundo (Charles & Bradley, 2002).

O debate sobre o tema, em vários países (Buchmann *et al.*, 2008) e no Brasil (Beltrão & Alves, 2009), aponta para a ideia de que a média de anos de estudo de mulheres é maior do que a dos homens. No ensino superior e na pós-graduação, as mulheres são maioria. Contudo, cabe destacar que esse dado vem junto com outro resultado observado em muitos países: a segregação de gênero nas escolhas de formação educacionais profissionais oferecidas no campo do ensino superior.

Como já afirmado acima os padrões de presença feminina e masculina nos níveis de ensino superior identificam uma sistemática diferença de escolhas educacionais entre estudantes homens e mulheres.

As mulheres apresentam uma tendência a 'escolher' cursos de ensino superior que acarretam sua maior presença em profissões com menor retorno financeiro no mercado de trabalho, como pedagogia, serviço social e enfermagem, conforme apontam pesquisas no Brasil (Carvalhaes & Ribeiro, 2019).

Os homens, por sua vez, se movem tendencialmente no sentido oposto, estando mais presentes em profissões de áreas técnicas, como engenharias e computação (Charles & Bradley, 2002, 2009).

Focalizar a relação entre gênero e escolhas de formações profissionais em nível superior, pode contribuir para compreender as relações de gênero nas universidades.

Na literatura especializada geralmente encontramos conceitos como o de estereótipos de gênero e de essencialismo de gênero para explicar os padrões socioculturais de escolha de graduações por estudante que entram no ensino universitário. Esses dois processos seriam a base de promoção de vieses no

conjunto de habilidades, preferências e crenças que são transmitidas através de padrões de socialização e sustentam a permanência de escolhas ‘feitas’ por que se é homem ou se é mulher (Silva, 2018; Olinto, 2011).

Os referidos padrões seriam incorporados tanto na própria socialização familiar como na socialização escolar dos indivíduos, já a partir da socialização básica (Brito, 2006; Toledo & Carvalho, 2018). Essas e outras socializações, agregadas, produzem um padrão de associação de tarefas analíticas e manuais aos homens, e tarefas artísticas e de cuidado a mulheres (Thébaud & Charles, 2018).

As referências às definições socioculturais de gêneros são a base para entender os padrões empíricos tipicamente encontrados: uma maior presença de mulheres em carreiras humanistas e de ‘cuidado’, e de homens em carreiras científicas e técnicas (Barone, 2011).

A funcionalidade dos estereótipos e dos padrões hegemônicos de gênero se associam com as experiências que estudantes, professores e técnicos universitários, impregnados por informações sobre o que constitui comportamentos “adequados” masculinos e femininos, tendem a vivenciar nos diversos espaços da vida social, inclusive o das universidades.

De acordo com Senkevics e Carvalho (2015), observa-se uma tendência à maior cobrança sobre meninas para a realização de afazeres domésticos, o que as incentiva a desenvolver posturas como organização, responsabilidade e disciplina, características que as beneficia no desempenho escolar.

Também é importante destacar que a instituição escolar adquire para meninos e meninas significados diferentes, relacionados com os significados de casa e a rua assumidos em termos socioculturais para ambos. Enquanto para meninos o ambiente de casa e a rua apresentam mais possibilidades de lazer e socialização, com maiores permissões para sair e circular, para meninas a casa é um espaço de obrigações domésticas e a rua é um ambiente mais restrito. Sendo assim, a escola é definida mais para meninas do que para meninos, como um lugar de lazer e sociabilidade, o que as incentiva a não evadirem e participarem de atividades extracurriculares (Thébaud & Charles, 2018).

Nessas definições da socialização de meninos e meninas podem-se localizadas as origens das *performances* de gênero, por meio de sua ligação com as concepções normativas dominantes de feminilidade e masculinidade (Thébaud & Charles, *idem*), as quais explicam o padrão de segregação das escolhas que estudantes do sexo masculino e feminino fazem em relação aos cursos de graduação.

Além dessa dicotomia entre o feminino e o masculino referida às definições de gênero em relação à casa e a rua (Da Matta, 1987), encontramos também a socialização concernente aos polos cuidado X técnico. Aqui, os estereótipos de gênero estão relacionados à propensão “natural” de as mulheres se ligarem às atividades de cuidado (CECH, 2013), definido por England (2005), Hirata (2010) e Hirata & Guimarães (2012), como atividades que envolvem interação face a face com clientes e tarefas associadas diretamente à produção do seu bem-estar e/ou desenvolvimento pessoal.

A tendência de estudantes mulheres escolherem cursos que podem ser definidos como relacionados com o ‘cuidado’ destaca que os estereótipos de gênero operam via processos normativos e de socialização que direcionam mulheres e homens para escolhas típicas e segundo gênero em formações profissionais e carreiras. O resultado mais comum é a segregação de mulheres em carreiras ligadas aos cursos com conteúdo curricular referente ao cuidado em oposição aos conteúdos técnicos (Weeden *et al.*, 2020).

Diversos estudos testaram empiricamente a importância dos estereótipos de gênero na escolha de cursos de ensino superior entre estudantes dos sexos masculino e feminino que estavam fazendo a transição do ensino médio para o ensino universitário. Os resultados são contundentes na identificação dos padrões mencionados anteriormente em países variados, como Alemanha (Occhsenfeld, 2016), Itália (Barone & Assireli, 2020), Estados Unidos (England & Li, 2006) e Brasil, como será visto a seguir.

Além de propor os fundamentos conceituais que explicariam o padrão da desigualdade de gênero, a literatura sociológica também reflete sobre sua reprodução espaciotemporal, tendo em vista que pesquisas com desenhos que

comparam os padrões das escolhas educacionais de homens e mulheres ao longo do tempo apontam que a segregação de gênero tende a permanecer constante. Ou seja, há pouca variação em sua força quando diferentes gerações são comparadas. Potencialmente, esses padrões poderiam ser apenas uma reminiscência do passado e estar diminuindo para, eventualmente, se diluir. Não é o que se observa em países como Itália, Espanha, Noruega, Áustria e Alemanha (Barone, 2011). Como, então, explicar a estabilidade temporal dos padrões de segregação? Charles e Bradley (2002) sugerem que os estereótipos de gênero são facilmente combinados com o conceito de individualidade.

Assim, ainda que haja nas sociedades contemporâneas uma rejeição ao sexo como justificativa dada para a estruturação de oportunidades, este também pode ser acionado como uma forma de afirmação da diferença “natural” de talento ou preferências, porque não é visto pelo próprio ator como algo discriminatório. Esse processo é remetido quando os pesquisadores se dedicam a responder por que há pouca variação temporal nos padrões de segregação observados.

Segundo Alves (2003), a reversão da balança de gênero na educação foi a maior conquista das mulheres brasileiras no Século XX. Beltrão e Alves (2009), mobilizando dados de diferentes Censos Demográficos, documentam a partir de quando esse padrão pode ser observado. Seguindo o grupo etário de 10-14 anos, os autores constatam que o fenômeno pode ser identificado desde o censo de 1960: os homens dessa faixa etária tinham 1,5 ano de escolaridade em 1960, 2,13 em 1970, 2,24 em 1980, 2,57 em 1991 e 3,6 em 2000; para as mulheres, esses valores correspondem a 1,6, 2,30, 2,52, 2,93 e 3,89 anos, respectivamente (Beltrão & Alves, 2009, p. 140).

Ao focalizar a evolução dos grupos etários mais velhos para os mais novos, as mulheres vão reduzindo a diferença em relação à maior escolaridade masculina, sendo que nos grupos mais jovens a diferença se reverte em favor delas. O hiato de gênero e sua reversão são identificados entre mulheres nascidas após 1950. Em relação às mulheres nascidas entre 1951 e 1955 e identificadas no Censo de 1960, havia 5% de vantagem em relação aos homens.

Nos inquéritos populacionais posteriores a diferença em favor das mulheres aumentou ainda mais.

De acordo com Ribeiro e Schlegel (2015), a proporção de mulheres diplomadas cresceu entre 1960 e 2010, “mas os modelos revelam que a diminuição das desigualdades entre gêneros se deu apenas entre 1960 e 1980 e de 2000 a 2010, mantendo-se constante entre 1980 e 2000” (2015, p. 14). Os dados apontam para algumas tendências que ocorrem simultaneamente ao longo do período analisado. Apesar de ter havido uma considerável equalização entre homens e mulheres na conclusão de diversas carreiras universitárias nesse período de crescimento, ainda existem aquelas que são mais femininas e outras que, a despeito da reversão do hiato de gênero entre as pessoas que acessaram o ensino superior entre 1960 e 2010, continuam predominantemente masculinas. Carreiras como Letras, Biologia, Belas Artes, Geografia e História seguiram predominantemente femininas no período, enquanto Direito, Veterinária, Medicina, Economia, Agronomia, Engenharias e Militar de nível superior são predominantemente masculinas.

Os autores apontam que nem tudo se manteve estável no período: carreiras como Arquitetura, Odontologia e Matemática-Física-Estatística-Química passaram a ser também majoritariamente femininas, essas últimas em decorrência da alta presença das licenciaturas em sua composição. Ricoldi e Artes (2016) usam dados dos Censos Demográficos e do Censo do Ensino Superior, ambos de 2010, para comparar a paridade de gênero em diversos cursos do ensino superior brasileiro. O estudo focaliza 20 áreas de formação, que representam 83,3% dos estudantes matriculados no ensino superior em 2010 e 78,7% dos graduados, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As autoras apontam que, independentemente da base de dados utilizada, cinco áreas de estudo, que concentram 50% de matrículas ou formados, têm diferenças bem definidas por sexo. Além disso, observam-se a intensa sobre representação masculina nas áreas de Engenharia e a feminina em Ciências humanas e Educação.

Carvalhoes e Ribeiro (2019), empregando dados de ingressantes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2007, 2008 e 2009,

mostram que o sistema de ensino superior brasileiro segue a tendência apontada pela literatura internacional de presença e intensidade da segregação de gênero nos cursos superiores do país.

Segundo os autores supracitados, os dados indicam que há maior probabilidade de mulheres estarem em cursos relacionados à docência e aos cuidados de saúde. Cursos tais como os de Pedagogia, Nutrição, Fonoaudiologia, Serviço Social, Enfermagem, Psicologia, Biomedicina, Farmácia, Biologia e Odontologia, por exemplo, têm sobre representação feminina significativa. Ao mesmo tempo, mulheres estão sub-representadas em cursos como Engenharia, Agronomia, Ciências Econômicas, Estatística, Física, Matemática, História, Filosofia, Direito, Educação Física, Administração, Tecnológicos e Medicina.

Esses estudos brasileiros trazem contribuições importantes no sentido de mobilizar dados que apontam para a presença da desigualdade horizontal de gênero no país e seu padrão de estruturação ao longo do tempo.

Em nossa pesquisa, consideramos a presença dessa divisão nas formações profissionais, classificadas como “mais femininas” ou “mais masculinas”, e analisamos como essa divisão impacta as experiências das estudantes mulheres no contexto acadêmico. O objetivo é investigar se essa divisão influenciou a escolha dos recursos pelas estudantes e como ela se manifesta em termos de violência simbólica de gênero durante seus períodos de inscrição em cursos de graduação e pós-graduação na Universidade federal de Campina Grande (UFCG).

É importante salientar que nos deparamos com uma tendência crescente da participação das mulheres em instituições de ensino superior e no mercado de trabalho, o que abre caminho para uma maior abrangência dos estudos de gênero em ambientes organizacionais. Essa expansão nos proporciona a oportunidade de desvelar particularidades culturais, sociais e organizacionais específicos em cada contexto (Cappelle, 2004). Nesse sentido, é interessante observar como esses estudos podem revelar nuances únicas e fornecer insights

valiosos sobre as relações de gênero no âmbito das organizações e da sociedade em geral.

Segundo (Souza, 2021, s.p.), há uma historicidade neste fenômeno, uma diversidade de identidades e de experiências que articulam a categoria gênero com outros eixos (classe, sexo, raça, etnia, orientação sexual, religião, geração, territorialidade etc.), e essa perspectiva sustenta desigualdades e faz desenfrear violências que acometem grupos vulneráveis.

Para Scott (2009) homens e mulheres são sincronicamente categorias definidas, o que implica evitar usar os termos ‘mulher’ e ‘homem’ enquanto categorias homogêneas e sem história, ou sem relação entre si (TORRÃO, 2004).

Analisar o gênero sobre esta perspectiva nos faz refletir que, tanto os homens quanto as mulheres aprendem a se encaixar e ‘se portar’ na sociedade. Tanto as mulheres aprendem a ser submissas, e são vigiadas em relação a isso, quanto os homens são policiados no “aperfeiçoamento” de sua masculinidade na direção de contemplar modelos performáticos hegemônicos de “homem”, sendo pressionados a ser sempre dominantes e ativos. Essa ideia de performance é inserida na discussão sobre relações de gênero por Judith Butler, que passamos a focalizar.

1.2 Quem tem medo de Judith Butler?

O título desse tópico é o mesmo de um artigo que focaliza a visita de Butler ao Brasil, convidada para uma palestra na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na qual a filósofa apresentaria seu livro: *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. Sobre o evento, Miskolci (2018, p. 65) narra:

“Deixem em paz nossas crianças!” vociferou uma mulher na conferência de Judith Butler na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). A filósofa apresentava seu livro *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo* (Butler, 2017) e havia acabado de afirmar: “não foi uma palestra sobre gênero que deveria ter sido cancelada”. No dia seguinte, manifestantes em frente ao SESC-Pompeia, onde a filósofa participaria do evento *Os fins da democracia*, queimaram uma figura de bruxa com seu rosto. No aeroporto de Congonhas, dias depois, um

grupo a perseguiu aos berros de “pedófila!”. O ocorrido causou horror e perplexidade na comunidade acadêmica e defensores dos direitos humanos, no Brasil e mundo afora. Afinal, o que se passava em nosso país a ponto de grupos organizarem protestos e um abaixo-assinado contra a presença de Butler aqui?

Os protestos ocorridos no aeroporto quando da chegada de Butler ao Brasil eram contra as teorias de gênero da intelectual, vistas como uma ameaça por grupos de direita, que passaram a demonizar demandas de direitos humanos, conectando, mulheres feministas, gays, trans entre outros ao fantasma da “ideologia de gênero”.

Miskolci (2018) descreve a seguir como a atuação desses grupos passou a se articular em um empreendedorismo que já atingiu contornos de uma cruzada moral que tem como alvo os direitos sexuais e reprodutivos e seus defensores. O medo que lhes subjaz pode ser traduzido como o da perda do poder e da plausibilidade de visões tradicionais de homem, de mulher de masculino de feminino, como Butler esclarece em uma entrevista para a TV Boitempo⁴:

Os que protestaram contra mim temem pelo tipo de vida que vivem, que estaria ameaçado por aqueles que aceitam que existe gênero e diversidade sexual no mundo. O mundo que os conservadores querem destruir, o mundo trans, o mundo feminista, já é muito poderoso. Eles não têm nenhuma chance de destruí-lo, e eles realmente sabem que não é apenas muito poderoso, como está se tornando mais poderoso, está se tornando mais aceito, e quanto mais poderoso, está se tornando mais aceito, e quanto mais aceito é, com mais raiva eles ficam. Mas o que vemos agora, nesse conservadorismo sexual contemporâneo, ou o que podemos entender como política sexual reacionária, é um esforço para nos levar de volta a um mundo que nunca mais voltará. É nisso que eu acredito, então não devemos nos preocupar com reversão de todos os nossos planos, eles estão tentando mais não vão ganhar, porque nosso lado é o lado da maior aceitação da maior compreensão, e oferece mais reconhecimento a mais pessoas, e as pessoas querem viver com liberdade, querem viver com alegria. Eles não querem viver com vergonha e não querem viver com censura. Então, nós temos a alegria e liberdade do nosso lado, e é por isso que ao final, vamos vencer.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM&list=LL&index=22>. Acessado em 04/02/2022.

Butler desenvolve uma análise social e política de questões relacionadas à democracia e à economia, mas também tem ganhado crescente visibilidade sua teoria de gênero e sexo como, na qual problematiza as identidades sexuais essencialistas, definindo-as como processuais, provisórias e em constante reconstrução, ao modo do que ela define como *performance*.

Butler nos diz que a variabilidade dentro do campo de gênero tem caráter performativo, referente aos movimentos identitários que ocorreram na década de 1970, incluindo o movimento da libertação gay, por exemplo. Nesse sentido o *queer* se tornou uma ferramenta para problematização de identidades divergentes, destacando a fluidez, instabilidade e indeterminação do que se define como homem, mulher, masculino, feminino e outros termos relacionados a gênero.

Os conceitos de gênero e sexo em Butler se alicerçam na desconstrução do sujeito e agregam as possibilidades de perversão. A autora trata desses conceitos em dois livros publicados no início dos anos 1990: *Gender Trouble: feminism and the subversion of Identity* (1990, reeditado em 1999) e *Bodies That Matter: on the discursive limits of "sex"* (1993). O primeiro é considerado o trabalho mais importante e mais conhecido de Judith Butler. Seu tema central é a caracterização das identidades de sexo e de gênero como performativas (Rocha, 2014).

Butler (1990; 1993), dialogando com Foucault, focaliza os modos pelos quais as identidades de gênero e sexuais são construídas pelo discurso, colocando o sujeito como sempre em processo e se construindo pelos discursos e pelas práticas. A autora argumenta que as identidades então abertas a certas formas de intervenção e de resignificação, construindo-se como práticas discursivas e não discursivas.

Butler (*idem*) também argumenta que o gênero não é natural e que não há necessariamente uma relação entre o corpo de alguém e seu gênero. Ela nos diz que, o gênero, não sendo natural, pode se apresentar como sendo, nos casos em que comportamentos/performances de masculinidade e feminilidade se consolidam, pela repetibilidade, nas experiências dos sujeitos. Indo contra a

vidão naturalista de sexo e de gênero, a filósofa propõe o que ela chama de geneontologia (genealogia +ontologia), com inspiração na perspectiva proposta por Foucault, que afirma:

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua 'origem', negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história. Será, ao contrário, se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos, prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-los lá onde eles estão, escavando os *bas-fond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade os manteve jamais sob sua guarda. (FOUCAULT, 1979, p. 19)

Butler se inspira nessa proposta foucaultiana, investigando o sujeito como produção das relações de poder, e o sexo nunca como um elemento neutro, na medida que ao transformar o sexo e o gênero em objetos de reflexão ativa-se o campo dos ideais normativos, regulatórios.

A autora também não entende a performance de gênero como algo singular, determinado, como se o sujeito por si só decidisse se produzir no mundo como homem ou mulher. A performance só consegue operar no domínio social “como prática reiterativa e citacional, pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 1993, p. 2).

Segundo Butler (*idem*), acaba-se por atribuir ao gênero a feição de uma essência interna que se faz perceptível nas performances dos corpos, mas apenas porque assumimos esse convencimento como verdade:

A postura de que o gênero é performativo tentava pôr a manifesto que o que consideramos como uma essência interna do gênero se constrói através de um conjunto sustentado de atos postulados por meio da estilização do corpo baseada no gênero. Desta forma se demonstra que aquilo que tomamos como um traço 'interno' de nós mesmos é algo que antecipamos e produzimos através de certos atos corporais e, no extremo, é um efeito alucinatório de gestos naturalizados. (Butler, 2007, p. 17)

As normas sociais referentes à sexualidade, as quais são sempre pautadas em relações de saber e poder, manipulam a matéria corporal inteligível, as normas regulatórias do sexo, que são reafirmadas constantemente para

atribuírem significados aos corpos diferentemente, no formato da binaridade de sexo e gênero e sob “o imperativo heterossexual” (BUTLER, 1993, p.2).

Efetivamente, sem a questão do imperativo da heterossexualidade voltada para reprodução não faria sentido reproduzir discursos sobre o corpo, baseados na divisão binária relativa ao sexo e ao gênero.

Se o sexo em posição de ideal regulatório se trata de uma ficção, essa ideia ficcionada requer o binarismo de gênero, produzindo uma inteligibilidade que produz os efeitos de coerência, estabilidade e continuidade.

Butler (1990) argumenta que os substantivos ‘homem’ e ‘mulher’ só podem ser entendidos como estáveis, reais, quando se articulam com a heteronormatividade. As mesmas relações de poder que produzem sexualidade o gênero através das performances que são socialmente determinadas e constantes, também permitem a emergência de outras performances que não estejam de “acordo” com as socialmente aceitas, possibilitando assim que se ultrapassem a linha do que é culturalmente aceito, inteligível.

Sob a luz do pensamento de Butler, podemos observar que os dispositivos culturais relativos ao gênero e à sexualidade funcionam como normas sociais, produzindo os sujeitos que não atendem à paleta estabelecida de performances do que é considerado socialmente desejável em termos de feminilidade e masculinidade como seres abjetos, suscetíveis ao exercício socialmente considerado legítimo de violência.

A autora levanta questões sobre o caráter essencial do sexo e do gênero, mas também sobre se o sexo e o gênero performados constituem respostas dos sujeitos sociais a expectativas da sociedade sobre eles; bem como se o gênero tem relação necessária com sexualidade ou orientação sexual.

1.3 Gênero e poder: Uma investigação crucial

Considerando que a consolidação e a reprodução de uma cultura machista e misógina no seio social diz respeito à interface entre gênero e poder, é necessário prover uma conceituação dessa relação nesta dissertação.

O gênero, como já abordado anteriormente, é um conjunto de “regras” criadas culturalmente e compreendidas como uma construção social da identidade dos seres humanos, desenvolvendo-se, ocorrendo, sob formas diferentes, referentes às sociedades e temporalidades. Contudo é recorrente a reprodução da imagem do gênero masculino como dominador e o feminino em posição de sujeição (SILVA, 2009, p. 49).

No ano de 2023, o *website* “brasildefato” divulgou uma matéria concernente ao renomado sociólogo Boaventura de Souza Santos, que se viu envolvido em acusações de assédio, resultando no afastamento de suas ocupações institucionais. As denúncias foram desencadeadas a partir da publicação de um artigo intitulado: “As paredes disseram o que ninguém pôde dizer: notas autoetnográficas do poder sexual na academia de vanguarda” (tradução livre), escrito por três pesquisadoras que compartilham suas experiências com o referido professor. O mencionado artigo faz parte do livro intitulado “Conduta sexual imprópria na academia” (*Sexual misconduct in academia*, editado por [Pritchard e Delith](#), 2023).

Desde o início deste texto mostramos como a cobertura midiática desempenha um papel crucial ao tornar públicas as acusações de violências de gênero e desencadear uma série de questionamentos acerca das atitudes de figuras de destaque no meio acadêmico nessa área. Ainda que a imprensa tenha um papel importante na denúncia de práticas abusivas, é preciso também considerar a responsabilidade dos próprios sistemas institucionais que permitiram que tais comportamentos persistam sem uma resposta adequada.

Essas revelações suscitam reflexões sobre as dinâmicas de poder presentes nas estruturas acadêmicas, as quais muitas vezes perpetuam uma cultura de silêncio e impunidade diante de comportamentos inaceitáveis referidos a relações de gênero. A abordagem crítica desses acontecimentos se faz essencial para que se possa desvelar não apenas as ações individuais, mas também para analisar o sistema de valores e normas que podem ter criado condições para elas acontecerem.

As autoras do artigo, Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya, falam sobre abuso de poder sobre mulheres, normalmente as que dependem de

aprovação acadêmica de professores para articular suas carreiras, e que contam com a cumplicidade das instituições com o “professor afamado”. Apesar de não citar o nome de Boaventura, os casos são conhecidos pelas pesquisadoras da Universidade de Coimbra. Segundo alguns relatos de denunciante, o aprendiz de Boaventura, Bruno Sena Martins, reproduzia os comportamentos de seu mentor, propondo uma permutação de favores sexuais com as pesquisadoras.

Através de relatos apresentados pelas denunciante, torna-se evidentes que o aprendiz de Boaventura, Bruno Sena Martins, seguiu a conduta de seu mentor, utilizando-se de uma dinâmica de troca de favores sexuais com as pesquisadoras. Essa reprodução de comportamento ressalta a natureza sistemática do problema, indicando que práticas inadequadas e abusivas podem ser perpetuadas e normalizadas dentro do ambiente acadêmico.

Essas constatações levantam sérias questões sobre a cultura e a estrutura de poder presentes nas instituições de ensino superior, onde a proteção de indivíduos considerados “prestigiosos” pode suplantar a proteção das vítimas de abuso. A falta de transparência e o silenciamento em relação a tais situações contribuem para a perpetuação dessas práticas prejudiciais e criam barreiras significativas para que as vítimas denunciem os abusos sofridos.

A matéria também traz um relato direto da deputada Bella Gonçalves (PSOL), qual se somou às demais denúncias:

Um dia, ele pediu para marcar uma reunião no apartamento dele. Colocou a mão na minha perna. Falou que as pessoas próximas dele tinham muita vantagem e sugeriu que a gente aprofundasse a relação”, conta a deputada à Agência Pública. “Sou uma mulher de movimentos sociais, que faço denúncias de tudo quanto é jeito, mas não encontrei nenhuma saída para denunciar o assédio que sofri. Estava presa a uma teia de poder maior”.

Diante do exposto, torna-se evidente que mesmo indivíduos instruídos como a Deputada Bella Gonçalves, quando inseridos em um contexto acadêmico presumivelmente concebido como “tranquilo”, confrontam-se com a persistência dos papéis de gênero moldados socialmente e vinculados ao poder e dominação masculina, o que inclui sua manifestação dentro das próprias instituições de ensino superior.

De acordo o jornalopcao.com.br, Portugal se viu dividido entre as pessoas chocadas e pessoas que já sabiam da fama do celebre intelectual⁵. Os casos de assédio eram notórios, e, mesmo assim, a cúpula universitária nada fez a respeito, exceto depois da repercussão global da história, quando a Universidade de Coimbra suspendeu Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins”.

Sobre esse ponto é significativo o relato da entrevistada B6, de Ciências Sociais, que nos revela um aspecto interessante sobre comportamento de professores de mais idade nas instituições acadêmicas:

P. Volta no tempo e na memória para o período de graduação e fala sobre como foi ser mulher e estudante de graduação?

R. Ser mulher e fazer engenharia é uma situação muito complexa. Existe momentos que ser mulher ou ser homem não importa, todo mundo é igual. Porém teve vários momentos em que ser graduanda em engenharia civil parecia não ter sido a melhor opção para aquela atividade. Muitas vezes escutamos dos professores que aquela tarefa deveria ser feita por um homem ou que deveríamos evitar usar certas roupas, se quiséssemos nos dar ao respeito e evitar assédios.

P. Você já presenciou ou sofreu alguma situação referente a questões de gênero como aluna da graduação? Por exemplo: preconceito; discriminação de professores, professoras; preconceito ou discriminação da parte de colegas; tratamento diferenciado; brincadeiras sexistas; assédio moral, sexual sobre você ou outra colega?

R. Preconceito sim! Assédio moral no início da graduação. Nas disciplinas básicas tem uns professores mais velhos que sempre fazem brincadeiras sexistas e muito assédio moral que chega a ser insuportável.

Para analisar a interface entre relações de gênero e poder, voltamos a Foucault, que propõe uma visão segundo a qual o poder não está ligado somente ao Estado, às instituições nominadas, mas se exerce através de complexas redes de micro relações:

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas

⁵ https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/5-mulheres-denunciam-o-sociologo-boaventura-de-sousa-santos-por-assedio-sexual-482553/#google_vignette

peças exercem poder sobre outras. O termo 'poder' designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se uma às outras)". (Foucault, 1982, p. 217., *apud* Maia, 1995, p. 89)

Segundo Foucault (1982), as relações de poder supõem um constante conflito. O autor enfatiza a existência da liberdade, a qual assegura a oportunidade de resposta por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido, enfatizando que o poder não pode ser concebido sem a presença da liberdade e a possibilidade de revolta ou mudança. Nesse contexto o poder é exercido sobre os indivíduos que são capazes de agir de diversas maneiras, com múltiplas reações e comportamentos. O poder se manifesta onde há potencial para conforto de quem domina.

Desse modo, o exercício do poder deve ser interpretado como uma forma pela qual as ações estruturam o campo de outras ações, estabelecendo um cenário dinâmico em que as relações de poder são contínuas e mutáveis, onde a liberdade e a agência dos sujeitos desempenham um papel central:

Em si mesmo o poder não é violência nem consentimento o que, implicitamente, é renovável. Ele é uma estrutura de ações; ele induz, incita, seduz, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constrange ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações. (Foucault, 1982, p. 220)

Assim, as relações de dominação e subordinação acontecem em um amplo campo de possibilidades, correspondendo à ubiquidade do poder. Não existe um poder onipotente, não sendo Estado e poder sinônimos. Em todo ponto da vida em sociedade existem situações em que alguém exerce poder sobre alguém. A própria noção e ideia de se rebelar e resistir, são, segundo Foucault, elementos que constroem a noção de poder.

O poder atinge a realidade dos indivíduos e dos seus corpos, entranhando-se no meio social, e não existindo acima dele. Segundo Maia (1995), "as feministas pautaram como uma das hipóteses da subordinação da mulher o poder distribuído diferentemente a homens e mulheres", distribuição

essa que atravessa as relações sociais e também as relações afetivas e amorosas.

Nesta pesquisa é importante essa definição foucaultiana de poder, na medida em que, para os estudos dos conflitos de gênero, para compreender os enlaces que permeiam as relações de gênero nas quais se observa a dominação masculina, é interessante pensar como elas se utilizam de engrenagens disponíveis nas situações sociais em que o gênero emerge como um parâmetro de definição das ações, dos discursos.

Os entrelaces de poder nem sempre são “expostos” como superfícies lisas e iluminadas. No campo das relações de poder sempre são ativadas zonas de sombreamento e de estrias. Por exemplo, embora fazendo o mesmo curso, tendo se submetido aos mesmos processos seletivos para sua entrada neles, as oportunidades que as mulheres têm diante dos homens são menores. Geralmente isso é explicado mobilizando a alusão a fatores definidos como naturais.

O exercício do poder se dá em relações nas quais os sujeitos são capazes de resistir (LOURO, 1997, p. 39). Homens e mulheres entram em relações nas quais existem acordos, avanços e recuos, onde os sujeitos estão sempre em movimento. Segundo Louro,

Isso não significa, no entanto, desprezar o fato de que as mulheres (e também os homens que não compartilham da masculinidade hegemônica) tenham, mais frequente e fortemente, sofrido manobras de poder que os constituem como o outro, geralmente subordinado ou submetido — mas tais manobras não as/os anularam como sujeitos. (LOURO, 1997, p. 40)

Foucault faz estremecer o campo tradicional de reflexão sobre o poder, ao defini-lo não só como opressivo e negativo, mas como produtivo e positivo. Nas relações de gênero, percebemos que os homens na maioria das vezes se sentem superiores às mulheres, tratando-as muitas vezes como naturalmente menos capazes do que eles, pretendendo exercer controle sobre seus corpos, vigiando e tolhendo.

As relações de gênero são também atravessadas pelo biopoder, definido por Louro(1997) como “o poder de controlar a sociedade através do controle dos corpos”. É comum que se apliquem em diversas áreas da vida social dispositivos distintos para controlar homens e mulheres, operacionalizando o controle através das do estabelecimento e imposição de definições do que é ser homem e ser mulher, do que é capaz um homem, do que é capaz uma mulher, as quais variam no tempo e no espaço, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – BREVE RECORTE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MODELOS DE FEMINILIDADE E MASCULINIDADE

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos sentimentos. (Del Priore, 2010, p. 7)

O que é ser mulher? O que é o homem? Essas perguntas podem possuir várias respostas, correspondentes a diferentes momentos da história da humanidade e às diversas espacialidades consideradas. Cada cultura, cada sociedades produz definições, seguindo duas abordagens principais: a de caráter biológico; e a de caráter sociocultural.

A construção histórica das figuras do masculino e feminino é um tema complexo que permeia a sociedade há séculos. Ao longo da história, as concepções sobre o que significa ser homem ou ser mulher, têm sido fortemente influenciadas por fatores culturais, sociais e políticos, moldando identidades de gênero e comportamentos esperados para cada sexo.

A socioantropologia de gênero busca entender os processos históricos que deram origem às representações de masculinidades e feminilidade, analisadas em seus *statí* de normas, valores e estereótipos instituídos e perpetuados ao longo do tempo. Nesse capítulo nos propomos a explorar as raízes da construção dessas figuras, bem como refletir sobre os impactos dessas narrativas na contemporaneidade.

As questões das relações de gênero aparentam ter emergido na contemporaneidade, mas, na verdade são muito mais antigas do que muitas vezes pensamos, estando presentes em textos sagrados, como, por exemplo a bíblia.

Para um análise da história dos gêneros, inicialmente faço uso de algumas passagens bíblicas, tais como: “que as mulheres fiquem caladas nas assembleias, como se faz em todas as igrejas dos cristãos, pois não lhes é permitido tomar a palavra. Devem ficar submissas, como diz também a lei. Se desejam instruir-se sobre algum ponto, perguntem aos maridos em casa”; e

ainda Deuteronômio 22,20-21: “Se uma jovem é dada por esposa a um homem e este descobre que ela não é virgem, então será levada para a entrada da casa de seu pai e a apedrejarão até a morte”.

A bíblia tem servido de fonte para a construção e disseminação social de modelos de gêneros em muitas sociedades. Alves, (2015, *apud* Frye, 2018, p.195), diz que os modelos de masculinidade e feminilidade “têm sido influenciada mais pela bíblia do que por qualquer outro livro”.

Observamos outra passagem bíblica, desta feita sobre Eva:

Ora, a serpente era mais astuta que todas as alimárias do campo que o Senhor Deus tinha feito. E esta disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim? E disse a mulher à serpente: Do fruto das árvores do jardim comeremos, mas, do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis, para que não morrais. Então, a serpente disse à mulher: “certamente não morrereis. Porque Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal”. E, vendo a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela. Então, foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus; e coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais. (GÊNESIS, 3:1-7)

Notemos, nesta passagem, que a figura feminina, é a apontada como responsável pela desobediência do casal a Deus, sendo descrita como a instigadora da figura masculina ao erro.

Vejamos também, um trecho da história de Lilith, uma figura mítica representativa da feminilidade ancestral:

Porém, assim que os dois se juntaram, começaram a discutir, pois ela se opunha a permanecer por baixo do homem durante o ato da cópula. Aferrada à sua convicção de igualdade, Lilith exigiu de Adão que modificasse sua postura para que ele também desfrutasse o prazer do amor. Indignado, Adão se negou, alegando que era o próprio do homem deitar-se sobre mulher e afirmando que não acederia a seus desejos. Ferida em seu orgulho, Lilith pronunciou o inefável nome de Deus, e, enfurecida pela atitude do marido abandonou-o para sempre (...) “Nós dois somos iguais” – disse-lhe Lilith antes de iniciar sua carreira de endemoniada -, “uma vez que saímos do mesmo barro”. (Roubles, 2019, p. 36)

Nessa passagem, podemos considerar que se encontra um efeito de imagem de gênero em várias culturas, em que se identifica na mulher uma energia sexual que é representada como um perigo.

Lilith teria que ser desaprovada, para oferecer o espaço a uma figura inofensiva, no caso, Eva, que viria a ser formada da costela de Adão, criada para ser sua 'ajudadora', com o dever de lhe ser submissa. Segundo a narrativa bíblica, ela faz com que Adão coma do fruto proibido por deus, tornando-se a 'causadora' da perda a inocência humana.

Podemos observar nas duas estórias – a de Lilith e a de Eva – a representação da dualidade humana, sendo a mulher definida como 'boa' ou 'má'. Sobre esse ponto, Roubles (2019, p. 3) comenta que “a ideia de uma mulher boa ou má, encarnadas por Eva e Lilith, permaneceu até nossos dias, embora recaia sobre Eva a maldição que lhe foi atribuída por seu pecado de orgulho”. Ainda quando a mulher é considerada boa, carrega o perigo da sedução que porta consigo.

Os mitos de Lilith e Eva são indispensáveis para uma análise da moral mandatária na religião cristã ocidental. Podemos examinar como a sedução pode ser vista em relação à mulher, especialmente quando se aborda a temática da sua corporalidade. As mulheres são vistas como trazendo consigo uma espécie de maldade, que apenas o corpo feminino carrega. Sobre isto, vejamos o que diz Wandermurem (2007, p.18):

Pela mulher, toda a humanidade ficou exposta e ameaçada. Ela tem participação na ação dos demônios perversos. Nesta perspectiva, o pecado é o feminino que está submetido à perversão. Elas pecam sendo objeto de pecado, isto é, fazendo pecar o varão, por isso, que se definiu teologicamente que o corpo da mulher é evocação do diabo. Ela é o mais pobre e perverso ser da terra. Porém, só se sataniza aquilo que é muito importante. O que implica ser o corpo feminino, é corpo que atrai os varões, é fonte de existência para a humanidade. É um signo poderoso da divindade, por isso resulta ambivalente. Ela aparece ao mesmo tempo como paraíso e diabólica.

As formas que a figura feminina encontra para fugir da dominação masculina são demonizadas, como forma de manutenção do poder do homem.

Os modelos de masculinidade e feminilidade continuam a ser forjados na história do cristianismo. No catolicismo, emerge a figura do padre, aquele que será ungido como representante de Deus. Quais seriam os únicos a receber esse poder sagrado? Os homens! Os que se dispõem a receber a unção são vistos como habilitados a chegar mais perto de Deus que qualquer outro sujeito sobre a terra. “No Brasil colônia, assim como hoje, a ordenação dos padres era entendida pela igreja como um sacramento que imprime caráter, uma identidade irrevogável e um poder permanente” (Daibert, 2013, p.51).

Os homens, dentro de casa ou na igreja, estavam sempre em um lugar de poder e respeitabilidade – poder de patriarcas e de perdoar os pecados. O lugar ocupado pelo masculino implicava na conquista de uma certa leniência divina sendo mais fácil para ele do que para a mulher, falhar e ser perdoado.

Mais uma dualidade relativa à binaridade de gênero vista na história é que a sexualidade, o corpo da mulher e sua representação se concebem em um duplo sentido: o da avidez e o da frigidez. Vejamos o que nos diz Perrot (2019, p. 65) sobre isso:

Avidez: o sexo das mulheres é um poço sem fundo, onde o homem se esgota, perde suas forças e sua vida beira a impotência. É por isso que para o soldado, o atleta, que precisam de todas suas forças para vencer, há a necessidade de se afastarem das mulheres; Frigidez: a ideia segundo a qual as mulheres não sentem prazer, não desejam o ato sexual, visto por elas como uma canseira, é bastante difundida. Balzac, em *La Physiologie du mariage*, texto alusivo e preciso ao mesmo tempo, mostra mulheres que alegam estar com enxaqueca para se furtar ao dever conjugal, o qual, no entanto, é prescrito por seus confessores.

De acordo com a autora supracitada, os homens se baseavam nesse tipo de afirmação para buscar prazer em outros lugares, no espaço público, com amantes, prostitutas, mulheres estas que em meio ao século XIX, são responsáveis por reparar a “miséria sexual” ligada ao casamento. Desta forma a imagem da mulher foi moldada por homens inclusive para justificar o comportamento masculino eventualmente reprovado pela moral pública.

Refletindo ainda sobre a produção histórica da face de maldade da mulher, pode-se usar como exemplo a figura da bruxa, que foi forjada

popularmente de forma perigosa e ofensiva, por executarem práticas à margem do controle da igreja.

Ambígua, a bruxa pode ser tanto a bela jovem sedutora (ainda sem marido e cheia de pretendentes) como a horrenda anciã (viúva solitária), aparentada com a morte (...) Ao longo de muitas eras da civilização patriarcal, a lição predominante sobre as mulheres que fazem uso de poderes ou que se aliam a forças que, de um modo ou de outro, a máquina civilizatória não consegue domar é bem conhecida de todos. Toda expressão de poder por parte de mulheres desembocava em punição. (Zordan, 2005, p. 2)

Como vemos no trecho acima, quando a figura feminina esboça qualquer tipo de desvio da configuração a ela atribuída em termos de dominação masculina, torna-se alvo de punição. No trecho acima vemos como o poder dos homens desencadeou a caça às bruxas, sendo mais uma vez determinante o papel do cristianismo.

A inquisição católica classificou como bruxas mulheres que obtinham algum tipo de conhecimento de origem camponesa, a exemplo do manuseio de ervas para tratar doenças, que foi considerado uma transgressão no contexto da Contra Reforma. Nas informações fornecidas pela extensa literatura sobre o tema, a figura feminina forjada durante o período da inquisição é uma das mais cruéis produzidas na sociedade patriarcal do ocidente.

Outro meio muito usado no decorrer da história para se ditar o que seria certo ou errado referente aos modelos de gênero, foi a medicina, a concepção biológica, que se limita apenas ao corpo físico e se tornou um ponto de partida para os estudos médicos sobre o corpo feminino. Vejamos o que comenta Foucault (2014, p- 127-128) sobre esse ponto:

A medicina era amplamente reconhecida como prática de interesse público. Era também reconhecida como uma forma elevada de cultura, próxima da retórica e da filosofia (...) Ela também devia sob forma de um *corpus* de saber e de regras, definir uma maneira de viver, um modo de relação refletida consigo, com o próprio corpo, com o alinhamento, com vigília e com o sono, com as diferentes atividades e com meio. A medicina teria a propor, sob a forma de um regime, uma estrutura voluntária e racional de conduta. (Foucault. pp. 127-128, 2014)

De acordo com essa informação podemos considerar a relevância e destaque que a medicina teve em meio à história do comportamento social, tendo uma influência sob figuras feminino e masculino, na forma de moldar essas imagens e comportamentos. O discurso médico teve um significativo papel no estabelecimento de critérios de normalidade e anormalidade nas condutas sociais relativas à performatização da masculinidade e da feminilidade. Sobre esse ponto, vejamos o que Del Priore (2009, p.27) :

A medicina aliou-se à igreja no Brasil colônia, pela construção de família sacramentadas. O médico, tal como o padre, tinha acesso a população femininas. Cabia à medicina dar caução à igreja, a fim de disciplinar mulheres para o ato da procriação. Apenas vazios de prazeres físicos o corpo feminino se mostraria dentro da normalidade pretendida pela medicina. Assim, oco, se revelaria eficiente, útil e fecundo. Apenas como mãe, a mulher revelaria um corpo e uma alma saudáveis, sendo sua missão atender ao projeto fisiológico-moral dos médicos e à perspectiva sacramental da igreja.

A partir das contribuições de Del Priore, podemos observar a criação de um arranjo sociocientífico segundo o qual papéis culturalmente construídos são entendidos como naturais e indispensáveis para a reprodução social, aliando a esfera divina com a médica; complementando-se o conhecimento teológico com o da medicina, objetivando a manutenção de papéis de binários de gênero, dos quais observamos ressonâncias até os dias atuais.

Del Priore (2014, p. 69) nos chama a atenção para o fato de que “a igreja católica procurava assim universalizar suas normas para o casamento e a família, sendo nestas a mulher docilizada e dedicada ao cuidado fundamental”. Com base na ideia cristã de feminilidade, era de responsabilidade da mulher a educação de seus filhos, sendo o casal perseguido caso evitasse filhos. Ter filhos e cuidar deles era uma responsabilidade ensinada às mulheres muito antes do casamento e da formação de sua família.

Vejamos em mais um trecho da obra de Del Priore, a mulher sendo tratada como produto, que, mesmo essencial para a construção do sistema social naquele momento, era considerado ao mesmo tempo como algo descartável, fazendo do casamento por muito tempo um negócio.

A dualidade entre o comportamento do homem e da mulher na esfera privada era intensa. A violência e a paixão se confundiam nas relações entre homens e mulheres, sendo o controle da virgindade feminina um exemplo da submissão feminina à dominação masculina. Vejamos como Del Priore (2014, p. 44) comenta sobre esse ponto:

A virgindade era severamente controlada. As moças não saíam sozinhas com os rapazes, as oportunidades de comunicação também eram raras... O culto à virgem, a influência da igreja católica, obstacularizavam a possibilidade de “perder a honra”. Até mesmo as viúvas deviam se conservar castas em respeito à memória dos maridos. A barreira criada pela perda da honra era tão grande que, muitas vezes, levava ao suicídio.

A virgindade da moça pertencia a toda sociedade, menos a ela mesma. Em outro momento da história, na época medieval, ocorre a mesma dominação masculina sobre o corpo feminino: cabia ao senhor feudal deflorar a esposa de seu servo, habilitando-a a ser possuída pelo seu esposo, que ao copular com ela finalizava o rito de posse. Na próxima seção focalizo como a posição social da mulher tem implicado em processos de silenciamento e invisibilidade social, mas também de resistência.

2.1 A figura feminina entre a mordaza e o grito

Em *Parsifal*, a busca pela salvação consiste em exorcizar a ameaça que a mulher representa para o triunfo de uma ordem dos homens. (Perrot, 2021. p. 180)

Podemos observar que a fala feminina vem ganhando crescente espaço público. Optei por usar o termo grito no título dessa seção, ao me referir à voz das mulheres, pois como fora colocado no início do texto, para que fosse ouvida por suas vontades, ela tinha que ser “escandalosa”.

Outro aspecto que não pode ser descartado quando falamos sobre as figuras de gênero, mais especificamente sobre a figura feminina, é o silêncio e invisibilidade que lhe foram impostos durante um longo período da história da humanidade. Para tal análise, faço uso das contribuições de Perrot (2006).

Por um longo tempo da História da humanidade as mulheres ficaram à margem de escrever sua própria história. Quem a escrevia assumia uma dualidade na representação delas:

O relato da história construído pelos primeiros historiadores gregos ou romanos diz respeito ao espaço ⁶público: as guerras, os reinados, os homens “ilustres”, ou então os “homens públicos”. O mesmo ocorre com as crônicas medievais e as vidas de santos: fala-se mais de santos que de santas. Além disso, os santos agem, evangelizam, viajam. As mulheres preservam sua virgindade e rezam. Ou alcançam a glória do matrimônio, descrita como uma honra suntuosa (...) As rainhas merovíngias, tão cruéis, as damas galantes do Renascimento, as cortesãs de todas as épocas fazem sonhar. É preciso ser piedosa ou escandalosa para existir. (Perrot, 2006, p.18)

“É preciso ser piedosa ou escandalosa para existir”: se, por um lado, foram atribuídos à mulher adjetivos como: quietude, cuidado, compreensão, dentre outros que colocavam a mulher em posição indigna em relação ao homem, por outro lado, apesar do silenciamento lhes imposto, destaco aqui o lado escandaloso a ela associado, como comentado por Perrot (2006), referindo-se aos desvios dos papéis socioculturalmente lhes impostos.

Podemos direcionar nossa atenção ao episódio de caça às bruxas na Europa como uma forma de ilustrar o papel feminino ao longo da história, como afirmado por Federici (2019):

A “bruxa” era mulher de “má reputação”, que na juventude apresenta comportamento “libertino”, “promíscuo”. Muitas vezes, tinha crianças fora do casamento e sua conduta contradizia o modelo de feminilidade que, por meio do direito, do púlpito e da reorganização familiar, fora imposto à população feminina da Europa durante esse período. Às vezes era curandeira e praticante de várias formas da magia que tornavam popular na comunidade, mas isso cada vez mais a assinalava como perigo à estrutura de poder local e nacional em sua guerra contra todas as formas de poder popular. (FEDERICI, 2019, p. 53)

Para uma apreensão mais abrangente das dinâmicas de gênero contemporâneos, torna-se imprescindível uma compreensão aprofundada de

⁶ Que tem dois elementos (unidades, lados, peças, faces etc.) ou que comporta dois aspectos.

suas motivações, a qual requer um conhecimento acerca de suas origens e opressões históricas.

A perseguição direcionada às mulheres não se constitui meramente como um evento isolado, mas sim como um componente intrínseco à estrutura da sociabilidade burguesa. Nesse contexto, encontram-se práticas misóginas arraigadas dentro das comunidades, as quais operam como mecanismos de controle sobre a humanidade, iminentes aos corpos e saberes femininos.

No que tange aos corpos femininos e sua posição na estrutura societária, de acordo com a concepção da construção social dos corpos, Bourdieu comenta:

Às mulheres, pelo contrário, estando situadas ao lado úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, são atribuídos todos os trabalhos doméstico, ou seja privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhe são destinados. Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres *não podem não se tornarem o que elas são* segundo a razão mítica, confirmando que assim, antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao toro, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc.. (BOURDIEU, 2020, p. 56)

Em diversos momentos históricos, a mulher tem sido relegada a um papel secundário, caracterizando-se tanto como figura submissa quanto como a estigmatizada “bruxa”. Conforme analisado por Bourdieu (2020), essa visão depreciativa das mulheres se manifesta, primordialmente, em sua própria percepção de serem naturalmente destinadas à posição inferior. Esse olhar condescendente lançado sobre mulher ao longo da história, leva muitas mulheres, ao longo da história, a internalizar o assujeitamento ao homem como uma norma social, aceitando sua posição de submissão ou, em caso contrário, a serem marginalizadas pela sociedade.

Na forma de normalização, a dominação masculina é construída em diversas episódios cotidianos tidos como usuais, sendo aquela pedagogizada através do uso de linguagem ofensiva, de piadas misóginas, pela alusão aos estereótipos do corpo feminino, pela bloqueio da liberdade sexual, pelo assédio,

estratégias que muitas das vezes passam despercebidas, encobertas pelo véu da naturalização socialmente construída.

Grandes transformações assinalaram a historiografia brasileira na década de 1970. A história dos até então donos do poder deu espaço à de grupos sociais tradicionalmente excluídos da historiografia oficial. Os estudos de gênero no Brasil, apesar de terem início nos anos 70, só foram difundidos bem mais tarde no país, especialmente no que diz respeito ao campo da história, com narrativas que incluíram as mulheres de forma também protagonista.

Podemos observar também uma dualidade na “emancipação feminina” como diz Del Priore (2014, p.10): “a revolução feminina trouxe emancipação, mas também trouxe fadiga e exaustão”. Isso porque foi conquistado o ingresso nos espaços públicos, no mercado, nas universidades, mas, desde o início, com algumas restrições. Essa inserção no “fora de casa” implicou para a mulher uma dupla jornada de trabalho, colocando juntas a emancipação e a exaustão. Às vezes mães, às vezes profissionais, as mulheres são pressionadas para se sair bem nas duas funções, enfrentando duplas ou até triplas jornadas de trabalho. Cabe também a ressalva de que as mudanças em termos de reconhecimento e conquista de espaço público não atingem todas as mulheres da mesma forma.

Sobre a situação das mulheres na sociedade e a reprodução de seu papel social, Louro (2010, p. 447) comenta:

As últimas décadas do século XX apontam, pois para a necessidade de educação da mulher, vinculada à modernização da sociedade, à higienização da família (...) a essa caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país (...) Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria chave principal de qualquer projeto educativo.

Mesmo com a separação da igreja católica do Estado naquele momento no Brasil, ainda assim a educação ofertada às mulheres era baseada em preceitos cristãos, sendo forte nela a influência católica.

Um dos pontos principais da entrada das mulheres no mercado de trabalho é que ele se deu em termos de figuras cuidadoras, a exemplo do magistério dos anos iniciais, que se transforma em “trabalho de mulher”.

Até o final do século XIX, as atividades docentes no Brasil eram desempenhadas apenas por homens, no caso, por religiosos. No início do século XX começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para a formação de professores/as, sendo elas destinadas a meninos e meninas, colocados para estudar em classes distintas, preferencialmente em escolas separadas (LOURO, 2010).

O início deste processo não foi pacífico. Quer dizer, a feminilização da profissão de professoras dos primeiros anos, hoje definida como uma atividade majoritariamente para mulheres, foi alvo de disputas e polêmicas. Sobre isto, vejamos o que diz, Louro (2010, p.449): “para alguns parecia uma completa insensatez entregar o ensino a mulheres despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu ‘desuso’”.

Com o passar do tempo as salas de aulas foram se tornando um espaço feminino, transferindo-se para elas o que já lhes era atribuído no espaço privado. A responsabilidade pela educação dos filhos, agora seria também responsabilidade das professoras no espaço da escola, colocando o magistério como uma extensão da maternidade, o destino socialmente prescrito como primordial para a mulher.

Vejamos até então, quanto a imagem e lugar social da mulher foram forjados de modo dual: a mulher deveria ser dócil e caber no papel social que lhe fora dado na sociedade. Ao se desviar dos modelos de feminilidade dominantes a mulher era taxada como criatura má, que seduz e leva a figura masculina à ‘perdição’ e ao ‘pecado’

Essa dualidade na representação da mulher reflete normas de gênero e expectativas tradicionalmente impostas pela sociedade, sendo a feminilidade frequentemente associada à submissão e a à obediência, e qualquer desvio dessas normas é visto como ameaçador ou imoral. Essa perspectiva histórica destaca a importância de estudar a evolução da imagem feminina ao longo do tempo e como essas construções sociais impactam a vivência e a identidade das mulheres na contemporaneidade. É relevante considerar também o papel das estruturas patriarcais que sustentam essas representações

2.2 A imagem do masculino e seus desdobramentos na história

A História dos homens é um assunto novo? Não! Como nos diz Marcia Amantino (2008, p. 34), “os homens não são objetos de estudo original, pois toda História da humanidade, até o período recente, foi escrita por eles”, porém, trataremos aqui de homens cuja masculinidade, que sabemos não ser natural, foi socialmente e historicamente construída, tal qual foi a feminilidade.

Essa perspectiva destaca a importância de reconhecer e problematizar a construção de gênero, que é moldada por uma complexa interação entre fatores, ao estudar a história da masculinidade dessa maneira, o objetivo é entender como os papéis de gênero foram estabelecidos e como as representações de homens e mulheres foram moldadas e reforçadas ao longo da história.

Segundo Connel (200), a masculinidade pode ser compreendida como um construto simbólico que se configura como parte integrante da identidade dos homens, fornecendo-se através da sua construção, modelos de comportamentos, posicionamento e expressão emocional a serem adotados. Desse modo, a masculinidade, inserida na esfera do gênero, constitui-se como um conjunto de atributos, valores funções e condutas que devem ser seguidos por indivíduos identificados como homens apresentando variações ao longo do tempo, em diferentes contextos culturais, classes sociais e grupos sociais.

Os conceitos de masculinidade e feminilidade são relacionais, conforme argumenta Gomes (2008, p. 239):

Os modelos de gênero se constroem a partir de uma perspectiva relacional, significando que o que é visto culturalmente como masculino só faz sentido a partir do feminino e vice-versa. Essa lógica atravessa vários pares relacionais, como homem-homem, mulher-mulher e homem-mulher, expressando padrões de masculinidade e feminilidade a serem seguidos e fazendo com que as identidades de homem e mulher se afirmem na medida em que ocorram aproximações e afastamentos em relação ao padrão que concentra maior poder na cultura.

Nesse sentido, a masculinidade só pode ser compreendida a partir da referência ao feminino, e vice-versa. A cultura define o que é considerado como características e comportamentos masculinos e femininos. Essas definições são

mutuamente moldadas. A lógica de construção desses conceitos se aplica a diversas relações, incluindo homem-homem, mulher-mulher e homem-mulher.

O padrão cultural dominante da masculinidade e feminilidade estabelece normas em termos de expectativas que os indivíduos devem seguir para serem considerados pela sociedade 'homens' ou 'mulheres'. Esse padrão também é um ponto de referência para afirmação das identidades binárias e não binárias de gênero, uma vez que as pessoas podem se aproximar ou se afastar desse padrão, movimento que influencia a forma como suas identidades são percebidas e reconhecidas. A abordagem relacional dos conceitos da masculinidade e feminilidade evidencia como as construções de gênero são socialmente construídas e reforçadas, refletindo sobre as maneiras pelas quais as relações de gênero se reproduzem ao longo do tempo.

Os processos de socialização na infância provêm estereótipos de meninas e de meninos, ativando processos aos quais o menino é submetido para se tornar um homem adulto e as meninas mulheres adultas. Os próximos significativos contribuem direta ou indiretamente com essa formação, sendo disseminadores dos ideais culturais referidos às masculinidades dominantes. Estes ideais prescrevem papéis, indicam padrões e receitam normas de comportamento que fazem parte de um sistema de crenças, apresentadas a meninos paulatinamente:

O reconhecimento da masculinidade está atrelado à necessidade interna de sentir e agir 'como homem', o que implica uma série de cuidados específicos, incluindo o controle das emoções e do próprio corpo. Assim, por exemplo, o gestual masculino deve ser ajustado a parâmetros preestabelecidos, pois, para construir o que se convencionou chamar um "homem de verdade", é preciso, antes de tudo, garantir que ele seja "macho". "Para de chorar e fala que nem homem, rapaz!"; "medo é coisa de mulherzinha"; e expressões afins indicam que a virilidade que se espera de um homem não vem pronta, precisa ser arduamente conquistada. (Wang *et al.*, 2006, p. 56)

Essa construção da masculinidade envolve uma série de cuidados específicos, como o controle das emoções e do corpo, seguindo parâmetros preestabelecidos pela sociedade. O gestual masculino deve se adequar a esses padrões, uma vez que a virilidade e masculinidade não são concebidas como

características inatas, mas sim como atributos que precisam ser adquiridos e conquistados.

Essa perspectiva de construção da masculinidade impõe uma série de expectativas e pressões sobre os homens, levando-os a se ajustarem a estereótipos rígidos de comportamento e expressão emocional. Expressões como: “Para de chorar”; “fala que nem home, rapaz!”; e “medo é coisa de mulherzinha” exemplificam como virilidade é uma construção social que exige esforço e conformidade com os ideais dominantes da masculinidade.

O estudo realizado por Wang *et al.* (2006) revela a importância de reconhecer e problematizar essas normas sociais de construção da masculinidade. A análise crítica dessa dinâmica é fundamental para compreender como as expectativas de gênero influenciam a forma como os homens se percebem e se comportam na sociedade.

Forte, confiante, ativo, viril, emocionalmente equilibrado, profissionalmente competente, financeiramente bem-sucedido – a esses adjetivos, “podem ser acrescentados adjetivos de conotação mais pejorativa, como frio, insensível, agressivo, arrogante, dominador, autoritário, violento e opressor” (Wang *et al.*, 2006, p. 57). Construído durante a história, os estereótipos de gênero têm uma vigorosa influência sobre as práticas cotidianas de homens e mulheres.

Primariamente, é na relação com os pais que os estereótipos de gênero serão pedagogizados, transmitindo-se o modelo ideal de feminino e masculino, aspectos ideológicos, tais como a crença na superioridade do homem sobre a mulher, a ideia de homem como forte e protetor e mulher como fraca e vulnerável, precisando, portanto, de proteção.

Outro elemento forte da pedagogização da masculinidade é a virilidade, definida de modo variado ao longo do tempo e espacialidade considerados, podendo inclusive se manifestar na ideia de que para o menino virar homem de “verdade” precisa ignorar suas necessidades afetivas (Sant’anna, 2013).

A virilidade masculina também se liga à coragem do menino, manifestada em termos da capacidade de suportar a dor:

Os pequenos varões também cresciam em meio às dores sofridas para arrancar um dente, especialmente quando o mesmo era amarrado a uma porta que deveria ser violentamente aberto ou fechada... A doença e o sofrimento físico tinham alguma utilidade para criação de homens verdadeiros. Mesmo conhecendo a moderna anestesia, a banalização de seu imaginário ainda não estava em curso, de modo que a dor física ainda podia endireitar a alma e erigir firmeza no pensamento. As surras levadas dos pais eram comumente entendidas como necessárias para formar um caráter reto. Varas de marmelo e chicotes de couro figuravam como serpentes que tomavam vida contra o corpo infantil julgado desobediente. Temia-se a autoridade paterna numa época em que a criança não tinha direitos. (Sant'anna, 2013, p. 250)

Em vista disso, podemos observar que a masculinidade, desde muito tempo, está associada à necessidade de 'sentir e agir como homem', e que requer uma sequência de afazeres singulares, incluindo o controle do corpo e das emoções. Os gestos e jeitos do "ser homem" se fazem por ajustes e modelos preestabelecidos, ativando-se todo um esquema para se tornar o que se chama de "homem de verdade". Para isso, é necessário, antes de qualquer coisa, acompanhar as práticas discursivas e não discursivas que produzem essa identidade, de modo que o sujeito seja "macho".

"Homem não chora", "Mulherzinha", "fala que nem homem", expressões como estas nos mostram que a virilidade está disposta em nosso meio social de forma que o controle emocional e corporal dos homens é intensivamente cobrado. Esse modelo de masculinidade, por vezes faz brotar um enrijecimento emocional e afetivo, no qual o homem se sente invencível. O homem que é homem "não tem frescura". Esse tipo de crença atravessa preconceitos e mitos relativos à masculinidade, de forma consciente ou não.

Como visto até então, os meninos cresciam conhecendo e compreendendo que necessitam tornar-se fortes, emancipados, 'bem sucedidos' financeiramente, para se habilitarem a ser provedores de suas futuras famílias; o lado do cuidado e conforto emocional seria responsabilidade das meninas (Badinter, 1986).

A construção da figura masculina ao longo da história pode ser observada em diferentes momentos. Para ilustrar essa evolução, tomaremos como base os

estudos da historiadora Del Priore e do historiador Albuquerque Júnior, que em suas análises oferecem uma perspectiva esclarecedora sobre como as representações sociais do homem foram moldadas, contextualizando os padrões de masculinidade de modo diverso, consideradas diferentes temporalidade e espacialidades.

Através das contribuições dos autores supracitados, é possível compreender como as noções da masculinidade e feminilidade foram influenciadas por fatores como, ideologia dominantes, estruturas sociais, normas de gênero e outras construções culturais. Além disso, a abordagem histórica contribuiu para desvelar como as expectativas e representações relacionadas aos homens e às mulheres podem ser transformadas ao longo do tempo e, assim, influenciar as dinâmicas sociais. .

Daibert Jr. (2013) comenta relatos de viajantes que descrevem o Brasil colonial como uma espécie de “Sodoma tropical”. Nessa analogia bíblica, Sodoma era uma cidade conhecida por estar imersa em pecados, especialmente aqueles relacionados às práticas sexuais anais, particularmente envolvendo indivíduos do sexo masculino.

Na tradição católica colonial brasileira, era feita uma espécie de divisão hierárquica entre homens na sociedade: bem próximo de Deus estavam os clérigos; em segundo plano, os homens casados com uniões sacramentadas pela igreja; e, por fim, os que viviam na luxúria e estavam próximos ao Satã. Posto isso, vejamos alguns relatos de viajantes:

De acordo com o cronista, os jesuítas, “monstros da lascívia”, passavam o dia nos matos e nas valas, metidos em orgias escândalos sexuais com seus próprios discípulos ou mesmo com outros homens e mulheres. Nessa Sodoma tropical, parecia não haver espaço para anjos. (Daibert Jr.,2013. p. 49)

Observa-se que, ao contrário da representação da mulher pela instituição eclesiástica, a figura masculina emerge na história com um estereótipo de “onipotência”, com os clérigos, que eram, frequentemente, equiparados e anjos, elevados a um *status* de superioridade na sociedade, desfrutando secretamente, porém não de forma tão discreta, de prazeres sexuais, fazendo uso do poder que lhes era outorgado.

Essa descrição revela uma dinâmica de poder e controle que permeava a representação e as práticas dos homens, especialmente do clero, dentro do contexto histórico abordado. Aparente dualidade entre sua imagem pública, envolta em uma aura de santidade e virtude, e sua conduta privada, caracterizada por comportamentos tidos como contrários às normas e valores estabelecidos pela própria instituição religiosa, evidencia uma incoerência e discrepância na forma como a masculinidade era construída e vivenciada.

Essa análise crítica aponta para a existência de contradições entre as expectativas sociais e a realidade comportamental dos homens, refletindo não apenas uma dimensão individual, mas também questões estruturais e culturais que permeiam as relações de poder e gênero na sociedade. A representação do masculino como detentor de uma superioridade, ao mesmo tempo em que é exposta sua vulnerabilidade e envolvimento em práticas consideradas moralmente questionáveis, evidencia a complexidade e a necessidade de uma abordagem contextualizada sobre as questões de gênero na história e na contemporaneidade.

No que se diz respeito à performance de masculinidade no século XIX, podemos observar que os corpos mais musculosos começam a ser socialmente valorizados. Algumas escolas instaladas no Brasil, começavam a utilizar o esporte como uma das estratégias educacionais, oferecendo ginástica e educação física como atividades complementares, neste sentido, o esporte acaba dando ao homem uma oportunidade de vivenciar em público suas práticas de heroísmo e valentia:

As práticas corporais institucionalizadas oferecem para homens, como poucas outras atividades, a alternativa de exercitarem simultaneamente o autocontrole corporal e a demonstração pública de desempenho, resultados de um processo de disciplina e de submissão a condição de privação, que estabelece não só parâmetros de diferença com as mulheres, como também de identificação intrínsecos ao mundo dos machos (afinal, boys don't cry). (Melo, 2013. p. 129)

Este trecho ilustra a ativação das práticas corporais como meios pelos quais a masculinidade é construída e reforçada na sociedade. Ao enfatizar a combinação de autocontrole físico e demonstração pública de desempenho, o autor sugere que a masculinidade é associada a um domínio sobre o corpo e a

habilidade de exibir força e resistência. Além disso, o destaque dado ao processo de disciplina e submissão à privação aponta para a construção da masculinidade através do esforço, da superação, de se desafiar e da adesão a normas e expectativas socialmente impostas.

A menção às diferenças em relação às mulheres e à frase “boys don’t cry” (os meninos não choram) apontam para a construção de uma masculinidade que valoriza a contenção emocional e a negação de sentimentos considerados fracos ou vulneráveis. Isso reflete a existência de estereótipos de gênero que associam a masculinidade à coragem, agressividade e controle emocional, enquanto as características emocionais e sensíveis são frequentemente desvalorização ou reprimidas.

Nesse contexto, é importante destacar que a construção da masculinidade não se restringe meramente às diferenças anatômicas entre os corpos masculinos e femininos, mas também envolve a diferenciação entre os próprios homens, estabelecendo-se com base em padrões de masculinidade estabelecidos.

No que tange aos aspectos relacionados aos corpos, é importante destacar que tanto a igreja quanto a medicina desempenharam papéis significativos na construção das noções de masculinidade e feminilidade ao longo do tempo. No contexto brasileiro, em específico, a medicina exerceu influência no delineamento desses ideais em diferentes fases históricas.

Em particular. É relevante mencionar a relação entre as práticas de exercícios físicos e a saúde, sendo aquelas foram consideradas fundamentais para a preparação de um cidadão soldado, apto a defender o império/o estado. Com vistas a legitimar esse ponto de vista, os médicos do período ressaltavam os benefícios da ginástica, da equitação e da esgrima, destacando sua capacidade de moldar tanto o corpo quanto o caráter do indivíduo, conferindo-lhe boa saúde e virilidade.

O reforço dado pela perspectiva médica reforçou o papel da ginástica como elemento moldador das características físicas e psicológicas dos sujeitos, enfatizando a importância dessas práticas para a construção de uma

masculinidade forte, vigorosa e capaz de atender aos ideais de defesa e proteção do império. Nesse sentido, a medicina se configurou como uma instituição que coadjuvava na construção e manutenção de normas e padrões de gênero, estabelecendo uma visão específica do que significa ser um homem ideal na sociedade.

Tal abordagem permite uma reflexão acerca das interações entre a medicina, o poder e a construção das identidades de gênero, bem como enfatiza a importância de se compreender os contextos históricos, sociais e culturais que contribuíram para a formação das concepções de masculinidade e feminilidade no Brasil, evidenciando a complexidade desses processos e a interrelação entre as diversas instituições e discursos que as moldaram ao longo do tempo.

2.3 A invenção do ‘cabra macho’

Na presente seção desta dissertação, voltamos nossa atenção para a obra de Albuquerque Júnior, a qual aborda a representação do masculino, com ênfase no contexto regional do Nordeste.

Inicialmente, o autor ressalta a importância do regionalismo, que é introduzido como uma perspectiva para compreender a realidade do país e como uma expressão singular de produção cultural e artística. Nesse sentido foi para fixar um certo perfil de homem nordestino, que o ‘cabra macho’ será inventado, definido, em grande medida, por uma produção artística vinculada ao movimento regionalista, que cultivava o “gosto nordestino”, que deveria fazer frente ao gosto estrangeiro:

Era preciso que “a matutinha sonhadora do interior deixasse de se entusiasmar pelos heróis do faroeste americano e visse que, ao seu lado, Zé Vaqueiro era capaz de inúmeras proezas, que ela desvalorizava por conviver com elas cotidianamente, e sem recorrer aos truques do cinema americano. (Albuquerque Júnior, 2013. p. 145).

Nesse contexto, o estereótipo do nordestino é forjado como a personificação máxima da masculinidade, um arquétipo simbólico do falo, com o propósito de se opor e contrastar com a feminilidade, percebida como uma ameaça para a região.

O discurso literário se manifesta como um elemento que detém a pretensão de superioridade factual, temendo nada e sendo capaz de tudo, sem recuar frente a qualquer situação, com valentia, coragem e destemor, nesse sentido, pode ser observado vários episódios de violência no cotidiano das relações entre homens e mulheres, tal violência, parece esta ligada a esse discurso regionalista que atribui ao homem nordestino valor e honra pessoal, um homem sem honra não poderia existir neste espaço. O adultério feminino, deveria ser punido ferozmente, nestes casos a morte do amante e da esposa era a solução mais comum nesses casos, para que o homem fosse aceito novamente no meio social.

A análise de Albuquerque Jr. revela uma valorização de qualidades consideradas rústicas e de uma vida árdua, o que está relacionado ao conceito tradicional de masculinidade ligado à força, resistência e virilidade. Aqueles que não se encaixam nesses padrões, como homens da elite ou com características consideradas mais afeminadas, são vistos como não aptos a serem enquadrados no ideal de "nordestino macho".

A construção social e cultural de masculinidade específica para a região nordeste, como em outros lugares é discriminatória, na medida que exclui aqueles que não se adequam aos estereótipos estabelecidos. Nesse contexto, aspectos relacionados à classe social e à orientação de gênero desempenham um papel relevante na construção dessas expectativas de comportamento e identidade, gerando pressões sociais que podem afetar negativamente a autoestima e a identidade dos indivíduos que não se encaixam no modelo hegemônico de masculinidade. .

Nos dias atuais, a situação referente à responsabilidade masculina de provimento da família tem atravessado transformações:

Hoje, a situação é bem diferente: poucos homens conseguem se manter no lugar de provedor exclusivo da família, que em geral não pode abrir mão do salário da mulher para custear boa parte das despesas com escola, planos de saúde, supermercado ou outros itens do orçamento doméstico, como no caso das classes médias urbanas. No trabalho, frequentemente, os homens disputam com as mulheres, que desempenham as mesmas tarefas e funções, tão bem ou até melhor do que eles. Além disso, sexualmente, a mulher deixou de ser apenas objeto da

satisfação masculina e agora exige também ser satisfeita.
(Wang *et al.*, 2006, p. 58)

Assim, dois aspectos cruciais sobre os quais se apoiava a concepção patriarcal de masculinidade se encontram fortemente abalados: trabalho e sexualidade (NOLASCO, 1993).

Ainda sob a perspectiva de Wang *et al.* (2006), vários problemas de disfunção sexual masculina, dentre eles, impotência e ejaculação precoce, por exemplo, têm sido resultados da insegurança masculina diante de uma nova figura de mulher que emerge no meio social, crescentemente autônoma e empoderada.

Vale salientar que a questão da visibilidade feminina não é o único motivo para a insegurança dos homens. Ao homem fora dado um espaço de visibilidade e autoridade na história, e qualquer ação capaz de retirá-lo da centralidade do social lhe causa insegurança.

Assim como a produção sociocultural de repertórios e limites impostos pelos estereótipos de gênero incide sobre as mulheres, promovendo sua desqualificação para atividades, profissões e formações, ela também incide sobre homens, mesmo que refratada pela dominação masculina, que atravessa todo o tecido social, e os coloca ainda em vantagem quando comparado com as mulheres (Bourdieu, 2020. p. 147).

Os estereótipos de gênero moldam a maneira como os homens são vistos e valorizados pela sociedade, condicionando seus comportamentos e restringindo sua liberdade de escolha em relação a carreiras, e expressões emocionais, entre outros aspectos.

Apesar das complexidades e diferenças nas experiências de homens e mulheres em relação aos estereótipos de gênero, Bourdieu (*idem*) enfatiza que ambos os sexos são impactados por essas construções sociais, as quais podem perpetuar a desigualdade de gênero em diferentes dimensões.

CAPÍTULO III – A ANÁLISE DOS DADOS

Antes de partir para a análise das entrevistas, apresento dados contextualizadores dos cursos de pós graduação em Ciências Sociais e Engenharia Civil, trago também o perfil das quatorzes entrevistadas.

A trajetória das mulheres no Ensino Superior e os seus avanços nas esferas públicas e privadas marcam o espaço feminino tanto no universo profissional quanto no familiar e/ou doméstico. Porém, apesar de alguns autores apontarem que as mulheres adentram no Ensino Superior no Brasil desde o final do século XIX (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991), esta foi uma trajetória permeada por uma série de embates, advindos de limites silenciosamente lhes impostos, os quais se objetivaram na divisão sexual do trabalho e na constituição de guetos profissionais para cada sexo, observando-se uma demarcação de profissões femininas e masculinas.

3.1 Breve histórico dos cursos de Pós Ciências Sociais e Engenharia Civil

O curso de Pós graduação de Ciências Sociais (UFCG), possui uma trajetória de 46 anos de atividades ininterruptas, desenvolvidas pelos professores ligados à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (antigo Departamento de Sociologia e Antropologia) do Centro de Humanidades (CH). O curso de Mestrado em Sociologia teve início em Março de 1977, sendo resultado de uma expansão do curso de Mestrado em Economia da UFPB, sendo uma história inicialmente marcada pela atração de professores qualificados do país e do exterior, começando a funcionar com um quadro de 20 professores.

A criação da UFCG, em 2002, acarretou algumas dificuldades administrativas para o curso de pós-graduação em sociologia, que funcionava no *campus* II da UFPB e passou a funcionar no *campus* sede da recém-criada universidade. Após cerca de 3 anos de impasses administrativos, o corpo de professores da pós da UFCG apresentou à CAPES a proposta de um novo

programa de pós-graduação em Ciências Sociais, nos níveis de mestrado e doutorado, sendo mesma aprovada em 2006, dando início a uma nova fase.

Segundo o *site* do PPGCS, atualmente o programa conta com dezoito professores sendo, oito na linha de Cultura e identidade e dez na linha de Desenvolvimentos, ruralidades e políticas Públicas. Dos 18 docentes apenas quatro são mulheres.

Referente ao ingresso dos discentes na pós graduação nos últimos três anos, podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 1 - Ingressantes no PPGCS/UFMG nos últimos três anos

| Mestrado | Doutorado |
|---|---|
| 2021: 19 Ingressantes: 15 Mulheres 4 Homens | 2021: 12 Ingressantes: 5 Mulheres 7 Homens |
| 2022: 12 Ingressantes: 5 Mulheres 7 Homens | 2022: 11 Ingressantes: 6 Mulheres 5 Homens |
| 2023: 10 Ingressantes: 7 Mulheres 3 Homens | 2023: 12 Ingressantes 5 Mulheres 7 Homens |

Fonte: elaboração da autora da dissertação, com base em dados do *site* do PPGCS/UFMG

Conforme o quadro acima, não há uma tendência significativamente delineada do padrão de entrada de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino.

Referente o curso de pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental (UFMG), de acordo com o site, o programa foi criado em 1971, atendendo assim as demandas principalmente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a inserção das problemáticas regionais como objeto de trabalho e a incorporação do viés ambiental à maioria das linhas de pesquisas, nas áreas de concentração, foi

formalizada na mudança de nome do Programa em 2002, tendo 45 anos de existência.

O programa contém 22 docentes entre, docentes permanente, colaboradores, convidados e visitantes, distribuídos nas linhas de pesquisa de Recursos hídricos e Saneamento ambiental, sendo 10 mulheres e 12 homens. Referente a entrada de discentes nos últimos três anos:

Quadro 2: Ingressantes no PPGEC nos últimos três anos

| Mestrado | Doutorado |
|---|---|
| 2021: 10 Ingressantes 8 Mulheres e 2 Homens | 2021: 10 Ingressantes 4 Mulheres e 6 Homens |
| 2022: 13 Ingressantes 9 Mulheres e 4 Homens | 2022: 12 Ingressantes 8 Mulheres e 4 Homens |
| 2023: 12 Ingressantes 7 Mulheres e 5 Homens | 2023: 13 Ingressantes 5 Mulheres e 8 homens |

Fonte: elaboração da autora da dissertação, com base em dados do *site* do PPGECA/UFCG

O quadro acima nos revela uma maior presença de mulheres no nível do mestrado, nos últimos três anos. No doutorado, em dois anos consecutivos a entrada de discentes foi majoritariamente de mulheres, quebrando paradigmas estabelecidos no que concerne às escolhas profissionais, segundo os quais a engenharia civil era considerada uma profissão masculina.

Nessa direção, Lombardi (2005) nos mostra que é inegável o avanço no que concerne ao aumento de mulheres nos cursos de Engenharia, mas, ainda é comum identificar esta como uma área masculina, graças à crença de que os homens têm uma predisposição natural para as Exatas, enquanto as mulheres

tem um melhor desempenho nas Ciências Humanas e está em consonância com os dados encontrados em muitos dos indicadores do Ensino Superior.

3.2 Descrição do perfil das entrevistadas

No contexto do Ensino Superior e em áreas profissionais historicamente associadas ao gênero masculino, as mulheres têm conquistado espaços que lhes permitem assumir uma posição diferenciada nas relações de poder-subordinação. Isso possibilita a criação de novas formas de ser e estar em seus respectivos cursos, rompendo com os preceitos estabelecidos pela divisão sexual do trabalho predominantemente. Essa nova conjuntura tende a promover o empoderamento feminino, o qual implica no fortalecimento individual das mulheres, resultando em fortalecimento coletivo para outras mulheres em situações similares.

Rosemberg (1994) afirma que o Ensino Superior articula-se à divisão sexual do trabalho e, que apesar da igualdade de oportunidade em termos de acesso e permanência, o sistema de ensino trata diferente os homens e as mulheres. Trazendo para o foco deste estudo, em nosso *locus* de investigação observamos que, apesar de um ingresso marcado pela maior presença de mulheres no nível superior, ainda há padrões da dominação masculina no âmbito universitário.

As entrevistas foram conduzidas com alunas matriculadas nos dois programas de pós graduação selecionados para o estudo, tendo também o objetivo de contemplar suas experiências durante a graduação e, potencialmente, permitir uma comparação entre as diferentes fases da vida acadêmica das participantes. Para isso, foram selecionadas 4 estudantes de cada um dos programas mencionados. As entrevistadas possuem idades variando entre 24 e 34 anos e ingressaram nos programas nos anos de 2021 e 2022.

No quadro a seguir, são apresentados os perfis das informantes participantes deste estudo, agrupadas de acordo com programas de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFMG) e Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA/UFMG):

QUADRO 3 - Perfil geral das entrevistadas

| PPGCS | PPGECA |
|-------------------------------------|---------------------------------|
| INFORMANTES | INFORMANTES |
| B1 - 32 anos, parda, solteira | B5 – 24 anos, branca, solteira |
| B2 - 34 anos, parda, solteira | B6 – 25 anos, branca, solteira |
| B3 - 26 anos, parda, solteira | B7 – 24 anos, branca, solteira |
| B4 - 26 anos, branca, união estável | B8 – 25 anos, branca, solteira |
| B5 – 22 anos, branca, solteira | B9 – 26 anos, branca, solteira |
| B6 – 23 anos, branca, solteira | B10 – 24 anos, branca, solteira |
| B7 – 23 anos, branca, solteira | B11 – 24 anos, branca, solteira |

Fonte: elaboração da autora da dissertação, com base em informações fornecidas pelas entrevistadas

Todas as entrevistas foram efetuadas de forma virtual, e os nomes das entrevistadas foram preservados, cumprindo-se o acordo estabelecido com elas. No âmbito do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina (UFCG), três entrevistadas são de origem parda, enquanto uma é branca. Das entrevistadas, sete são solteiras e uma encontra-se em união instável. Suas idades variam entre 26 e 34 anos. Por outro lado, no programa de pós graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA) da (UFCG), todas as informantes são brancas e solteiras, com idades entre 24 e 25 anos. Com base em nossa amostra limitada, é possível constatar que a algumas das alunas do curso de ciências Sociais são pardas e possuem idades mais avançadas, enquanto as alunas de Engenharia Civil são todas brancas e mais jovens.

Todas as entrevistas foram efetuadas de forma virtual, e os nomes das entrevistadas foram preservados de acordo com a escolha das mesmas. Nenhuma das nossas informantes são mães. Na entrevista com B6 ela nos chama a atenção para a questão da maternidade e as condições que estudantes mulheres mães enfrentam para conciliar a maternidade com a vida acadêmica. Sobre esse ponto ela diz:

A igualdade entre homens e mulheres na sociedade como um todo, e também na universidade será ainda luta dura para enfrentarmos, por muitos anos. Por mais que tenhamos

avançado nas discussões, existe um ponto fundamental que é a terceira jornada de trabalho, que muitas de nós mulheres enfrentamos e que dificulta nossa progressão/ascensão e crescimento profissional, juntamente por não darmos de conta de tantas demandas que para nós como mulheres são maiores, como, por exemplo: depois de um dia inteiro na universidade, ao chegar em casa não temos um tempo para dedicar de forma sossegada aos estudos, ou fazer qualquer atividade que venha gerar oportunidades de destaque na academia, porque tem os filhos e os mesmo necessitam de atenção. Na nossa cultura a responsabilidade maior por essa atenção fica com as mulheres.

A nossa entrevistada destaca a terceira jornada de trabalho, que apesar de muitos avanços ainda é comum à vida de muitas mulheres. No caso nas universitárias mães, essa carga que não se refere estritamente ao ambiente acadêmico, pode influenciar o desempenho das estudantes mulheres nas atividades da universidade.

A nossa entrevistada destaca a terceira jornada de trabalho, que apesar de muitos avanços ainda é comum à vida de muitas mulheres, e constitui uma barreira para um bom desempenho na carreira acadêmica, para as conquistas de qualificação profissional. Esse ponto é importante porque se relaciona com os modelos paradigmáticos de feminilidade e de masculinidade na nossa sociedade. Desde a infância as meninas são socializadas para a maternidade e os pais para a paternidade. A diferença no processo é que as meninas vão logo aprendendo a ser cuidadoras e os meninos para irem brincar na rua, sem que se inclua no repertório de ludicidade deles os jogos com bebês, com cozinha, com os cuidados da casa que estão presentes no repertório de brincadeiras das meninas.

As dificuldades enfrentadas pelas estudantes de pós-graduação que são mães, não constituem casos de violência de gênero explícita, mas de certo modo podem assim ser interpretadas se pensarmos os modos sinuosos pelos quais a carga do cuidado com filhos é socialmente definido mais como um papel das mulheres do que de homens, o que acarreta para as estudantes da pós-graduação que são mães um acúmulo de cargas do qual está socialmente mais liberado o pai, nos casos em que ele está presente.

O aspecto da maternidade também aparece como um elemento que incide sobre as diferenças de gênero e sua interface com o desempenho acadêmico na fala das informantes B2, de Ciências Sociais:

As estudantes mães têm que fazer um sobre-esforço para tentar se equiparar em termos de desempenho acadêmico a estudantes mulheres não mães e aos homens, que, mesmo sendo pais, não experimentam as pressões sociais em termos de provimento de cuidados.

Segundo Gradwohl, Osis e Makuch (2014), a industrialização promoveu mudanças que resultaram na separação entre a esfera pública e a esfera privada da família, colocando sobre os pais a responsabilidade de cuidar de seus filhos. No contexto da esfera privada, a família nuclear assume o papel de prover os recursos necessários para o sustento material de seus membros e de proverem a primeira experiência de socialização.

Sob a perspectiva de Cappelle *et al.* (2007), embora os papéis de homens e mulheres tenham passado por transformações nas esferas familiares, profissionais, privadas e públicas, ainda são observadas disparidades de gênero em diversos aspectos, as quais, mesmo externas à universidade, terminam por incidir sobre as dinâmicas no espaço acadêmico.

Nas falas de algumas de nossas entrevistadas, observamos as reclamações referidas às práticas de sexismo, que é uma das formas de expressão da cultura patriarcal, utilizado no exercício da dominação masculina, por meio de posturas discriminatórias e desqualificadoras das mulheres. Vejamos o que nos diz sobre esse ponto a entrevistada B3, de Ciências Sociais:

Ser mulher na academia é uma experiência difícil. Estou gestante, e esses dias vivenciei uma situação que me causou desconforto. Um professor disse que eu não poderia ter acompanhamento especial para cursos disciplinas, que a gestação e filho pequeno atrapalhava, que eu deveria deixar para cursar depois, quando eu tivesse com quem deixar a criança.

Com base na elucidação anterior, é possível discernir não apenas a questão subjacente da desigualdade de oportunidades enfrentada por mulheres na trajetória acadêmica devido à maternidade, mas também a manifestação sutil de comportamentos machistas por parte de docentes em relação às estudantes no contexto acadêmico.

Sobre o aumento significativo do ingresso de mulheres nas instituições de ensino superior, Bourdieu nos diz:

As mudanças visíveis de condição ocultam, de fato, a permanência nas *posições relativas*: a igualização de oportunidades de acesso e índices de representação não deve mascarar as desigualdades que persistem na distribuição entre os diferentes níveis escolares e simultaneamente, entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre as carreiras possíveis. (BOURDIEU, 2020. p. 149)

O sociólogo reforça que, apesar dos avanços, as mulheres ainda têm muitas barreiras dentro academia referente às relações de gênero, o que podemos identificar partir dos relatos coletados nas entrevistas. Nelas constatamos que em diversas ocasiões, as mulheres no ambiente universitário ocupam posições de subordinação e desvantagem. Vejamos o que diz a entrevistada B3, de Ciências Sociais, quando perguntamos se ela já havia sofrido ou assistido a algum episódio de discriminação por parte de professores/professoras, pelo fato de ser mulher:

Sim. Já sofri e vi algumas colegas passarem por situações aparentemente tranquilas, mas que de modo sutil aludem às diferenças de gênero e à desqualificação das mulheres. Uma vez, diante de uma questão definida como 'difícil', colocada pelo professor X, depois de algum tempo esperando resposta, o docente disse que "isso nem adianta perguntar às meninas". De cara ele estava considerando menos capazes as estudantes do que os estudantes. (B3, ciências sociais)

Como afirma Bourdieu (2022), a dominação masculina se exerce na transpiração da vida social, recorrentemente como violência simbólica. O comentário do professor indica a desqualificação preconceituosa da capacidade intelectual das estudantes, soando na sala como uma piada, da qual às vezes até as próprias mulheres sorriem. Não é uma afirmação dita em tom austero, as mulheres que estão no ambiente passaram pelo mesmo processo seletivo por que passaram os estudantes, mas no cotidiano da sala de aula, afirma-se a superioridade da capacidade intelectual dos homens. E isso ocorre sem que as mulheres presentes se rebelem, movam processos. Essa concordância, muitas vezes por medo, outras vezes por aceitação inconsciente do lugar que é proposto na sociedade envolvente e no espaço acadêmico para as estudantes mulheres. Isso caracteriza o caráter simbólico da violência de gênero.

Ao perguntarmos à entrevistada B1, de ciências sociais, se ela já havia presenciado ou sofrido algum tipo de discriminação ou tratamento diferenciado por ser mulher, por parte dos colegas, ela afirma:

Sim. Uma vez, por exemplo, realizando um trabalho em grupo com um colega de curso, ao entregar minha parte da atividade, um texto escrito sobre um tema solicitado pelo professor, ele pegou o papel e com um sorriso sarcástico disse: “se você escrever tão bem quanto é bonita, vai dar tudo certo”. Isso parece uma afirmação leve, dita em tom de brincadeira, mas por trás tem a ideia de que mulher é para ser bonita e pode ser avaliada, primeiro, por isso.

Uma frase dessa, enunciada em tom de brincadeira, aponta para um processo histórico de objetificação das mulheres, e soa como um sinal de que as relações entre colegas está sendo atravessada por esse viés presente na sociedade envolvente e também no ambiente acadêmico.

Outro ponto que apareceu nas entrevistas com estudantes da pós-graduação em ciência sociais se refere à desvalorização, pelos homens, de temas de pesquisa relacionados a mulheres. Vejamos o que diz sobre esse ponto a entrevistada B1, quando perguntamos se tinha havido algum episódio de discriminação de gênero da parte de estudantes durante a graduação:

Um exemplo marcante aconteceu partindo de um colega de sala para comigo. Foi no final da graduação, quando cursamos juntos a disciplina *Projeto de Pesquisa*. Quando ele viu meu tema, que eu realizava minha pesquisa em uma comunidade quilombola sobre a trajetória de vida e as experiências cotidianas das mulheres naquele território, ele disse: “*Essa sua pesquisa não vale de nada. Porque vocês têm essa mania de pesquisar mulheres?*” Por mais que eu tentasse argumentar, ele achava um meio de diminuir meu trabalho. Até chegar em um momento no qual eu comecei a questionar realmente se minha pesquisa teria alguma importância. Nisso marquei duas reuniões, uma com o meu professor orientador e outra com a professora da disciplina de projeto de pesquisa e ambos foram importantes para que eu enxergasse o que de fato estava acontecendo e essa cultura cishetepatriarcal em tal enraizada na sociedade que muitas vezes por mais que sejamos letradas, busque romper com essa desigualdade se gênero não estamos livres de passarmos principalmente no ambiente acadêmico por diversas situações machistas, sexistas e misóginas.

Tanto as estudantes mulheres são desqualificadas de modo preconceituoso, quanto pesquisas que focalizem o universo feminino também sofrem discriminação e deslegitimação. Não faltam na história da ciência

exemplos em que estudar mulheres se constituiu como algo de pouca importância. No exemplo acima, o estudante traduz em seu comentário o que no imaginário do campo universitário circula de modo velado, mas nem por isso menos forte. Isso repete o padrão de cursos e profissões socialmente definidos como adequados para mulheres.

Um outro aspecto que merece nossa atenção é a persistente tendência à deslegitimação das capacidades intelectuais de mulher, que se revela desde o momento da escolha do curso, no ambiente doméstico e entre amigos até o período de entrada e realização da graduação. Vejamos no trecho da entrevista de B3, de ciência sociais, como é narrada a pressão para que ela escolhesse um curso ‘mais apropriado’ para sua capacidade:

Eu era uma pessoa recatada, tímida. Não acreditava muito em mim. Me via como incapaz de ingressar no curso de Direito, até por falas de familiares, como um irmão que disse “tu não vai conseguir nunca”. Por que tu não tentas Serviço Social ou pedagogia?” Até mesmo quando eu estava cursando [acabei entrando], não acreditava. Todas as minhas conquistas acadêmicas não me validavam, eu não me sentia capaz de estar onde estava. Aquela fala ficou em mim.

O trecho da entrevista aborda questões pertinentes às relações de gênero no contexto universitário, revelando as experiências e desafios enfrentados pela entrevistada ao longo de seu percurso acadêmico. A participante menciona a influência negativa de comentários depreciativos provenientes de familiares, que insistiam que ela não conseguiria ser aprovada no curso de Direito, sugerindo que ela tentasse cursos socialmente definidos como femininos e vistos como sendo para indivíduos ‘menos capazes’, em termos das notas mais baixas que habilitam para entrada neles.

Esse tipo de expectativa social construída, permeada por estereótipos de gênero que desfavorecem a atuação feminina em áreas consideradas mais tradicionalmente masculinas, evidencia o sexismo presente na sociedade envolvente, quanto no cenário educacional.

É interessante destacar o sentimento narrado pela entrevistada B3, de que “não se achava capaz de estar ali”. Essa sensação também foi descrita pela entrevistada B10, de engenharia civil, nos seguintes termos:

Principalmente nos 4 primeiros semestres do curso de Civil era comum os colegas perguntarem como eu me sentia por ser uma das 5 mulheres estudantes da turma. Essa pergunta era feita também por professores, como que afirmando uma certa estranheza pela minha presença e das outras 4 estudantes mulheres naquele espaço... Várias vezes me peguei me perguntando como me vestir para ser mais estudante de engenharia civil, muitas vezes vindo à minha cabeça que deveria ser menos mulher para conseguir me adequar..

O sistema social produz os sentimentos de pertencimento e não pertencimento em vários setores da vida social. Talvez esse seja um dos mecanismos mais poderosos exercidos pelas correntes sociogênicas para produzir regulação e integração social. No trecho da entrevista acima, vemos como a pressão da definição de engenharia civil como um curso e profissão mais para homens do que para mulheres marcou a experiência da estudante. Em alguns momentos isso se revelava na pressão para performatizar uma feminilidade “menos feminina”, de modo a corresponder às expectativas segundo as quais mulheres no curso e também na profissão de engenharia civil eram como “estranhas no ninho”⁷.

Na entrevista de B5, de ciência sociais, curso em que o percentual de mulheres é maior do que o de homens, aparece também uma queixa que aponta para um clima de relações hierárquicas de gênero, quando perguntamos se ela já tinha sido vítima de discriminação sexismo, machismo:

Na universidade, tive importunações, mas de rapazes que considero insistentes nas investidas, sabe?! rapazes aleatórios de outros cursos. Com professor, pude observar conflitos em sala de aula, sempre com um determinado professor, sempre o mesmo. Ele sempre fazia comentários misóginos. Minha percepção e de outras colegas é que quando é mulher ele se aproveita pra humilhar mais, se mostrar mais dominante na situação.

⁷ Embora não tenhamos feito entrevistas com alunas do curso de ciências da Computação, no qual o número de estudantes mulheres é bem menor do que de estudantes homens (20% do total de ingressantes, em média), conversando com uma professora, ela me falou da existência de um grupo de apoio às estudantes daquele curso, denominado “ELAS”. Nesse grupo são realizadas atividades para integrar e apoiar as estudantes que entram no curso e encontram um ambiente marcado por certa hostilidade à presença de mulheres. Ver o *site* do grupo em <https://elas.computação.ufcg.edu.br/>

A subsequente menção a conflitos em sala de aula com um professor específico direciona a atenção para dinâmicas de relações hierárquicas de gênero entre professores e estudantes, nas quais se observa a dominação masculina. A identificação desse professor como sempre envolvido em conflitos com alunas e o uso da expressão "comentários misóginos" indicam a possibilidade de preconceitos de gênero que podem influenciar a interação e o tratamento diferenciado com alunas em relação a seus colegas masculinos. A referência à ideia de abuso de poder sugere a exploração de assimetrias de poder em favor do professor, com potenciais consequências negativas para as alunas.

Dando continuidade à análise das narrativas, é possível observar a contribuição significativa da entrevistada B6, que também aborda a figura do professor mencionado no relato anterior:

Houve uma discussão que envolveu a sala inteira, gerada pela fala de uma menina que comentou que tinha que viajar todos os dias para assistir aulas na UFCG e o professor falou que tinha estudante que nem deveria estar na universidade. Havia rapazes e meninas na mesma situação que a minha colega falo, mas percebi que ele quis aumentar o tom muito mais pra cima das meninas. Eu regai e ele saiu puto da sala de aula. Levantei a voz e faria de novo. Não me arrependo. Quando um homem vê uma mulher acuada aí é que eles querem gritar.

O relato em questão oferece uma visão detalhada de uma situação vivenciada em sala de aula, e sua análise à luz dos estudos de gênero permite compreender como dinâmicas de poder e comportamentos de gênero se manifestam nesse contexto acadêmico.

A narrativa começa com uma discussão em sala de aula que se intensifica, sugerindo um ambiente de conflito. A observação de que o professor direcionou seu tom de forma mais assertiva às meninas denota uma possível dinâmica de gênero, na qual a expressão de autoridade ou a necessidade de manter o controle pode ser focalizada nas alunas, reforçando desigualdades de poder com base no gênero.

A descrição dos comentários misóginos, feitos pelo professor e o confronto verbal subsequente revelam um momento em que as normas de

gênero e as expectativas sociais são questionadas. A afirmação da entrevistada de que o que o professor estava dizendo era "atípico" e "fora da realidade" ressalta a percepção de que tais comportamentos são inaceitáveis e destoam do que é esperado no ambiente acadêmico.

A reflexão da entrevistada sobre sua atitude de desafio, afirmando que faria novamente, destaca a necessidade de enfrentar comportamentos que perpetuam a submissão das mulheres. A afirmação de que quando um homem percebe uma mulher acuada, eles tendem a reagir com agressividade pode ser entendida como um exemplo de reação masculina diante de desafios à tradicional hierarquia de gênero.

No geral, a análise sob a perspectiva dos estudos de gênero revela como essa narrativa demonstra a interseção entre poder, comportamentos de gênero e as reações a desafios às normas estabelecidas em um contexto acadêmico. Ela ilustra as complexas formas como o gênero influencia as interações e as percepções de autoridade e desafio nas dinâmicas de sala de aula.

Vejamos como a entrevistada B7 comenta sobre esse ponto de relações de poder entre professores e alunos, referidas a hierarquia de gênero:

Eu tenho receio, um pouco de receio de alguns professores homens. Acho que eles podem, sei lá, ser abusivos intelectualmente com a gente, tipo, tentar se mostrar dominante em alguma situação. Não tem respeito. Assim eu me sinto muito validada na universidade, mas os projetos de que eu participei por exemplo, sempre foram ao lado de professoras mulheres.

Mais uma vez aparece no trecho acima trazido a referência ao medo, ao receio por parte de estudantes mulheres no espaço acadêmico. A entrevistada B7 menciona a preocupação de que alguns professores homens possam ser intelectualmente abusivos. A observação de que os projetos dos quais ela participou envolviam principalmente professoras mulheres é um ponto de destaque. Isso pode ser interpretado como uma preferência pela colaboração com mulheres, possivelmente relacionada a um sentimento de maior conforto e empatia com professoras do mesmo gênero do que com professores homens.

O relato da entrevistada B7 fornece sinais da complexidade das relações professor-estudante e das interações de gênero no ambiente acadêmico. Sua preocupação com abusos intelectuais e a preferência por colaborações com professoras mulheres demonstram a interligação de poder, gênero e percepções de segurança no contexto da educação superior.

As relações estudantes-estudantes, no que se refere a interações de gênero no ambiente acadêmico também apresentam complexidade. Vejamos como a entrevistada B1, de ciências sociais comenta sobre isso:

Uma das situações mais frequentes é a desqualificação intelectual. Na maioria das vezes eu, enquanto mulher, e outras colegas, somos silenciadas, interrompidas, não ouvidas, e as vozes masculinas são referenciadas, menosprezando nossa capacidade intelectual. Por exemplo: em um dia de aula no mestrado, debatendo sobre o texto, levantei a mão para falar e um colega disse: *As meninas da turma nem precisavam falar*. E deu um riso... Este colega, como de costume, sempre soltava uma piada, trazia na sua fala, ações e atitudes misóginas que tornavam o ambiente pesado.

Sob a percepção da entrevistada B1, o ambiente acadêmico da pós-graduação não está isento de episódios de discriminação de gênero, especialmente no que se refere à desqualificação intelectual e à marginalização das vozes femininas. A presença de atitudes depreciativas e desconsideração pela capacidade intelectual das mulheres, em aula, denota um ambiente propício ao silenciamento e à interrupção de suas participações nas discussões em sala de aula.

Essa ocorrência ilustra como estereótipos de gênero ainda permeiam o contexto acadêmico, criando barreiras e obstáculos para a participação igualitária das mulheres no ambiente educacional. A postura de alguns estudantes que adotam comportamentos discriminatórios contribuiu, no caso citado acima, para a criação de um ambiente hostil e desmotivador para as estudantes do sexo feminino.

Na entrevista de B11, de engenharia civil, aparece a menção de que ela escutou muitas vezes, de colegas homens, que ela era “muito bonitinha para fazer engenharia”. Ela também declarou que quando ia participar de eventos

fora da universidade ou mesmo em seminários nas disciplinas da pós, ficava em um tipo de tensão ontoprofissional:

Eu lembro que eu me sentia... eu me preocupava muito com que roupa eu ia vestir, porque não podia nem ser feminina demais, nem de menos, sabe? Tinha que saber a dose, certa, porque senão... Isso é uma coisa que eu acho muito forte... que ou você não é mulher, ou você não é uma engenheira tão boa, entendeu? É como se você tivesse que fazer uma opção entre ser uma mulher ou ser uma boa engenheira. (B11, engenharia civil)

No livro intitulado “A lacuna da autoridade”, que aborda a questão do porquê as mulheres não são levadas tão a sério quanto os homens no espaço acadêmico e discute estratégias para alterar essa situação, são apresentados diversos casos de discriminação nas relações de gênero. Dentre esses relatos, destaca-se o caso de Bem Barres, uma mulher trans, cuja trajetória chama particularmente a atenção.

Quando Bem Barres estudava no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*MIT*), na época vivendo como mulher, seu professor de matemática deu à turma uma prova difícil com cinco perguntas. O último exercício era especialmente complexo, mas Barres conseguiu resolvê-lo. No dia seguinte, o professor entregou as provas corrigidas e anunciou que ninguém tinha conseguido solucionar o quinto exercício. Barres conta: “Fui ao professor e disse: “Eu resolvi”. Ele me olhou com uma cara de desdém e disse: Você deve ter mandado seu namorado fazer”. E fiquei furioso. (SIEGHART, 2022. p. 50)

Outro trecho da narrativa de Barres, no qual ele fala sobre o que mudou após sua transição de mulher-cis para homens trans, oferece-nos outros indicativos de como a posição de gênero afeta a respeitabilidade acadêmica:

Na meia idade, lecionando neurociência na Universidade Stanford, Barres fez a transição de mulher para homem e mudou de nome para Ben Barres. Ele ficou surpreso com a diferença que isso fez em sua vida. “Pensei um milhão de vezes”, ele escreveu, “*que agora sou levado mais a sério.*” Em um seminário, ele ouviu por acaso um comentário de um colega professor que não conhecia sua história: “Ben Barres fez uma palestra espetacular hoje. Mas também, o trabalho dele é muito melhor do que o da irmã dele”. (SIEGHART, 2022. p. 51)

O trecho apresentado destaca o caso de Barres, um professor de neurociência na Universidade de Stanford, que passou pela transição de gênero, e adotando o nome de Bem Barres. Essa mudança teve um impacto significativo

em sua percepção e tratamento no ambiente acadêmico. Barres expressa ter notado uma diferença substancial na forma como passou a ser levado a sério após a transição, ressaltando que agora ele se sentia mais reconhecido e valorizado como profissional.

Apesar dessa experiência positiva em sua experiência pessoal, o relato também evidencia a persistência de estereótipos de gênero nas relações acadêmicas. O comentário anônimo feito por um colega professor, que compara a qualidade do trabalho de Bem Barres ao de sua irmã, reflete uma atitude sexista que desvaloriza o mérito de uma mulher em comparação a um homem, sem saber que se tratavam da mesma pessoa.

Esse episódio exemplifica como as relações de gênero na universidade ainda são permeadas por desigualdades e preconceitos, refletindo a persistência de uma cultura que subestima as contribuições e capacidades das mulheres em detrimento dos homens. Essas atitudes podem resultar em ambientes acadêmicos hostis e desestimulantes para as mulheres, o que pode afetar sua participação, reconhecimento e ascensão na carreira acadêmica.

Vejamos alguns trechos de entrevistadas da pós em engenharia civil, nos quais aparecem elementos semelhantes e variação em relação ao observado nas entrevistas das pós-graduandas em ciências sociais. Ao perguntar como tinha sido a experiência de ser mulher em um curso predominantemente 'de homens':

Ser mulher e fazer engenharia é uma situação muito complexa, existe momentos que ser mulher ou ser homem não importa todo mundo é igual naquele momento, porém teve vários momentos que naquela situação ser engenheira não era a melhor opção para aquela atividade ou até mesmo escutar dos professores que aquela tarefa deveria ser feita por um homem ou sobre a roupa que devemos vestir para se dá o respeito e evitar assédios. Sempre acontece de alguém pensar que você não pode fazer isso, tipo pegar no pesado, pegar peso ou ficar no sol quente, só por você ser mulher. (B6, Engenharia Civil)

Não exatamente de discriminação, mas houve episódios de assédio que, com certeza, não ocorreriam se eu não fosse mulher.

A entrevistada B6 aborda a questão da discriminação de gênero, mencionando que existiram momentos em que, por ser mulher, ela não foi considerada para realizar determinadas atividades, sendo sugerido que certas tarefas deveriam ser realizadas por homens. Esse tipo de tratamento destaca uma clara manifestação de estereótipos de gênero, revelando a persistência de ideias preconcebidas sobre as capacidades e papéis de homens e mulheres no no contexto acadêmico do curso de engenharia civil.

Já a entrevistada B7 relata episódios de assédio, destacando que, essa situação provavelmente não teria ocorrido se ela não fosse mulher. Essa afirmação ressalta a existência de uma dimensão de gênero no assédio e violência que as mulheres enfrentam em ambientes acadêmicos e profissionais. O assédio é uma manifestação clara de desigualdade de gênero, evidenciando que, mesmo em ambientes de ensino superior, questões relacionadas ao poder e à dominação ainda afetam negativamente as experiências das mulheres.

Nesse contexto, os relatos das entrevistadas destacam a importância contínua de pesquisa e discussões sobre as relações de gênero no ambiente acadêmico, a fim de conscientizar sobre a persistência de igualdades e estereótipos prejudiciais. A promoção da equidade de gênero não apenas beneficia as estudantes mulheres, mas também enriquece a comunidade acadêmica como um todo, permitindo a participação plena e igualitária de todos os membros.

Torna-se evidente que as relações de gênero nos ambientes acadêmicos são complexas e permeadas por estruturas de dominação masculina (BOURDIEU, 2022). A análise das experiências das mulheres estudantes no contexto universitário revelou a persistência de desigualdades e estereótipos de gênero arraigados, os quais têm impactos significativos em suas trajetórias acadêmicas.

As contribuições de Bourdieu permitem-nos enxergar como as normas sociais e culturais são reproduzidos e internalizados no espaço acadêmico consolidando uma estrutura de dominação masculina que limita o acesso das mulheres a oportunidades de igualdade e ascensão.

Através da análise dos *habitus* e da violência simbólica, compreendemos como as relações de poder moldam as percepções sobre as capacidades e figuras do feminino e do masculino, bem como configuram as subjetividades em um contexto específico. Sobre essa relação entre *habitus* e violência simbólica, vejamos o que diz a entrevistada B8, de engenharia civil, quando lhe perguntamos se já sofrera preconceito, discriminação, manifestações de sexismo, assédio moral, sexual:

Sim, e muitas vezes de forma sutil. Uns comentários totalmente sem sentido, mas que soam como afirmação da superioridade dos homens no campo da engenharia civil. Por exemplo, ouvi muitas vezes colegas e mesmo professores dizerem que os caras têm uma vantagem, por terem uma noção melhor de espaço, sabe? Tipo, quando se trata de organizar coisas, como fluxo de produção, eles meio que têm essa habilidade de olhar para as coisas e perceber se vai caber ou não. Mas não é bem o que se vê, na minha sala tem alguns meninos acabaram reprovando e tudo, enquanto eu e outras colegas, por exemplo, nunca tivemos nenhuma reprovação.

Referente às notas em si, se comparadas, não tem muita diferença. Mas, uma vez, um dos professores falou de um jeito bem afirmativo: “homem é melhor que mulher no raciocínio”.

Nos trechos da entrevista de B8 acima trazidos constata-se, uma vez mais, a presença de uma atitude sexista internalizada no campo acadêmico de engenharia civil. Essa atitude é evidenciada pela tendência a considerar como dado, níveis mais altos de raciocínio espacial aos estudantes do que às estudantes. A entrevistada apresenta dados que indicam sua contestação do senso comum presente no campo formativo acadêmico.

Podemos observar mais uma vez a sobrevivência de modelos históricos tradicionais de definição de gênero, mesmo em uma temporalidade em que as mulheres começam, inclusive a ultrapassar o número de estudantes em vários cursos universitários se consideradas as universidades públicas brasileiras.

Segundo Bitencourt (2006), historicamente ser engenheiro tem sido recorrentemente subentendido em “ser homem”, colocando as mulheres que estudam engenharia em uma posição na qual elas precisam sempre provar que são confiáveis. Vejamos como isso aparece no trecho da entrevista que realizamos com B9, estudante da pós em engenharia civil:

Já ouvi muita coisa em sala de aula. Assim, de professor diretamente não, mas de colega de curso, sim. E é muito velado, sabe? Não é nada direto. Uma vez um colega de classe disse que, ele sente que quando o homem fala em um resultado, a confiança é maior. Ele disse que sabia que existia mulher “desenrolada”, mas que tem preconceito, e, naquele momento, ficaria melhor ele falar sobre o resultado. Dava pra perceber que ele não teve noção de quão preconceituoso ele foi, inclusive ele achou que estava sendo gentil com o resto do grupo, que era formado por mim e uma colega. Essas coisas que a gente escuta, sabe, o tempo inteiro? Mas pra quem fala (homem) é natural.

Nesta passagem, é possível identificar a manifestação da violência simbólica de gênero no contexto acadêmico. Esta manifestação se enraíza de tal forma que, até mesmo nos discursos masculinos, essa violência não é facilmente perceptível. A presença de conotações sexistas na comunicação passa despercebida pelo interlocutor masculino. Ademais, a entrevistada relata que o interlocutor acredita estar se comportando de maneira diferenciada, posicionando-se como se estivesse prestando um favor em relação a ela.

Ainda sob a perspectiva arraigada no senso comum masculino, persiste a crença na superioridade masculina nas atividades relacionadas à engenharia dentro do ambiente acadêmico, mas aqui, para a surpresa, a entrevistada B10, nos mostra uma perspectiva de uma colega do sexo feminino, em uma conversa na universidade, vejamos:

Tive uma colega que fala que na área de cálculo, por exemplo, ela percebia que eles entendiam mais que a gente, na obra mesmo os meninos conseguiam olhar pro o espaço e visualizar a obra pronta mais rápido, ela disse que via muito isso que homem é assim, que na área de civil é assim.

Atualmente, já não escuto isso com tanta frequência, mas no começo, no primeiro ano, era uma enxurrada de piadas. A frase mais comum na sala de aula era "isso só podia ser coisa de mulher". O que realmente chateia é que isso é tão comum, sabe? Tipo, tem uma colega minha que acredita que os homens têm uma vantagem natural quando se trata de aprender ou ter sucesso na carreira.

Observa-se que, por meio do relato fornecido pela colega da participante, emerge a descrição de uma colega de curso que compartilha a crença de que os homens alcançam um desempenho superior simplesmente devido ao seu pertencimento ao sexo masculino. Esse cenário demonstra como a construção

histórica das representações dos papéis de gênero é reiterada de tal maneira que muitas mulheres adotam uma perspectiva sexista em relação às dinâmicas de gênero que desqualifica mulheres.

Os relatos das entrevistadas revelaram uma recorrência de situações que sugerem a adoção de uma visão de uma suposta inferioridade das mulheres em relação aos homens, sob um viés naturalizado. Além disso, essa tendência se estende para abordagens de assédio sexual no contexto acadêmico. Se as ocorrências de comparação intelectual são frequentes e aceitas como parte do cotidiano, incidentes de assédio sexual também se manifestam de forma regular, tomando a forma eufemizada de brincadeiras, observações e investidas. Sobre isso, vejamos como se pronuncia a entrevistada B11:

Tem um professor em específico, que já é conhecido entre as alunas em relações a piadas e conversas, sabe? Mas nunca teve uma denúncia formal contra ele. O que tem são comentários envolvendo o nome dele nos corredores. É uma coisa que se sabe, mas que não é falada. Só entre as meninas, né? Porque fica muito na cara sabe?! Entre as alunas o burburinho rola, mas muito baixinho. Aposto que se fosse um caso de assédio de uma professora mulher com alunos, se espalharia de forma negativa e ela seria punida. Tenho essa impressão.

O relato em questão expõe uma dinâmica que reflete a perpetuação de desigualdades e violências de gênero contra a mulher no ambiente acadêmico. O relato aponta para a existência de um professor notório por suas piadas e conversas inapropriadas, que são conhecidas entre as alunas, mas que nunca resultaram em denúncias formais. A narrativa dá indícios de uma 'cultura de silêncio e cumplicidade' no âmbito institucional da UFCG, a qual faz com que as alunas compartilhem informações entre si, porém evitem a exposição pública da situação, para não parecerem confrontacionais ou indiscretas. Isso evidencia a tendência de minimizar ou normalizar comportamentos inadequados, particularmente quando eles partem de figuras de autoridade masculinas, no ambiente acadêmico focalizado.

A comparação feita com a hipotética situação inversa, em que uma professora mulher assediasse alunos, revela a persistência dos estereótipos de gênero e a desigualdade no tratamento de casos semelhantes. Isso sugere que a sociedade ainda mantém expectativas diferenciadas em relação aos

comportamentos de homens e mulheres, bem como em relação aos possíveis desdobramentos legais e sociais. Essa dinâmica realça a necessidade de uma abordagem mais sensível e abrangente em relação às questões de gênero, a fim de dismantelar tais desigualdades e promover um ambiente acadêmico seguro e igualitário para todos os estudantes.

As vozes das participantes entrevistadas neste estudo revelaram as barreiras enfrentadas pelas mulheres estudantes, desde a sub-representação em determinadas áreas de estudo até a manifestação de preconceitos e discriminação no ambiente acadêmico. Através dessas narrativas, foi possível perceber como a reprodução de estereótipos de gênero influencia a maneira como as mulheres são percebidas e tratadas, muitas vezes limitando suas aspirações e perspectivas.

Contudo, é essencial destacar que, apesar dos desafios e obstáculos enfrentados pelas mulheres estudantes, também foram identificadas evidências de resistência e superação. Algumas participantes conseguiram transcender as expectativas impostas pela dominação masculina, demonstrando que é possível romper com as barreiras de gênero e alcançar o sucesso acadêmico e profissional

Diante disso, este estudo reforça a importância de promover políticas e práticas inclusivas no ambiente acadêmico, que visem a desconstrução dos estereótipos de gênero e a criação de um espaço mais equitativo e igualitário para todos os estudantes. A sensibilização dos docentes, bem como a implementação de ações afirmativas e programas de mentoria específicas para mulheres, podem contribuir para a superação das desigualdades de gênero e para o empoderamento feminino nas instituições de ensino superior.

Considerações finais

Ao longo da presente pesquisa, pôde-se notar que tanto no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) quanto no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA), encontram-se relatos relacionados à violência simbólica de gênero contra mulheres. Essa constatação indica a presença da desigualdade de gênero no ambiente acadêmico, transcendendo as áreas de estudo, seja em disciplinas pertencentes às ciências humanas ou exatas.

A compreensão desses resultados sugere que a questão da desigualdade de gênero deve ser abordada de forma transversal, permeando não apenas a esfera social e cultural, mas também o espaço acadêmico e suas diversas disciplinas. Os dados coletados ao longo da pesquisa evidenciam a urgência de se promover uma conscientização mais ampla sobre a persistência desses desequilíbrios e das formas sutis de violência de gênero que podem ocorrer nos âmbitos acadêmicos.

Dentre as principais conclusões do estudo feito destacamos, sinteticamente, as seguintes: (1) o espaço acadêmico dos cursos analisados é atravessado por relações assimétricas de gênero e pela dominação masculina; (2) as manifestações de misoginia, machismo e discriminação de mulheres nos cursos focalizados acontece em termos de verticalidade, de professores para alunas; e também em termos de horizontalidade, na interações entre as estudante e os estudantes, em como entre as estudantes, que por vezes reproduzem a cultura e as práticas machistas/sexistas; e (3) as narrativas das entrevistadas, bem como de alunas da UFCG que fizeram denúncias relativas à discriminação de gênero apontam para um ambiente institucional de modo geral complacente com os eventos de assédio moral, de sexismo e de violência contra mulheres.

Nossa expectativa é a de que a pesquisa que fizemos e o presente texto dela resultante possa servir de subsídio para fomentar uma postura crítica e reflexiva acerca dessas problemáticas, de modo que se contemple a

necessidade de medidas institucionais efetivas que visem a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e igualitário, onde as vozes e experiências de todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas, sem preconceito de gênero ou outro qualquer.

Para que isso se torne possível faz-se imprescindível o contínuo engajamento de toda a comunidade acadêmica, incluindo discentes, docentes e gestores, na promoção de políticas e práticas que estimulem a equidade de gênero. Somente com o comprometimento conjunto será possível superar as barreiras e estereótipos que contribuem para a manutenção da violência simbólica e desigualdade de gênero no contexto acadêmico.

Os dados e a análise que trazemos aqui constituem uma contribuição para a compreensão das dinâmicas de gênero no contexto acadêmico e apontam para a urgência de se enfrentar essa questão de forma mais efetiva e abrangente. É fundamental que a comunidade acadêmica, as instituições de ensino e a sociedade como um todo estejam conscientes dos desafios que mulheres enfrentam em suas jornadas acadêmicas e profissionais, especialmente em áreas em que a representação feminina ainda é minoritária.

Tal reflexão suscita a urgência de intervenções institucionais e sociais que visem combater as estruturas discriminatórias e construir um ambiente educacional mais inclusivo e justo.

Dessa forma, faz-se necessário um olhar crítico e uma análise aprofundada das dinâmicas de poder e das estruturas institucionais presentes nas universidades e outras instituições acadêmicas, a fim de identificar e confrontar as raízes dessas práticas abusivas.

A responsabilidade recai não apenas sobre os indivíduos envolvidos, mas também sobre as próprias instituições, que devem promover uma cultura de respeito, igualdade e segurança, garantindo que os casos de assédio sejam tratados com seriedade e que medidas efetivas de proteção às vítimas sejam implementadas. Somente assim poderemos caminhar rumo a um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, ético e justo.

Por fim, espera-se que esta dissertação inspire novas investigações e ações para o enfrentamento das desigualdades de gênero no âmbito acadêmico. Somente por meio do conhecimento e da conscientização, aliados a uma postura ativa e comprometida, poderemos avançar em direção a uma universidade verdadeiramente igualitária e justa para todas as suas integrantes.

Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo-uma história do gênero masculino (Nordeste-1920/1940). Maceió: Segunda Edição São Paul: Intermeios, 2013.

ALVES, J. E. D. **Mulheres em movimento**: Voto, educação e trabalho. REM, 2003.

ALVES, Lídia Maria Nazaré. Masculino e feminino: uma construção social. *In: Anais do Seminário Científico do UNIFACIG*, n. 1, 2017.

AMANTINO, Marcia. **O Mundo das feras**: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais, século XVIII. São Paulo, Annablume Editora, 2008.

BADINTER, E. (1986). **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. *Revista Gênero*, v. 17, n. 2, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Elaine%20do%20Grau/Downloads/IPPMAR,+v6,+n1,+2020+-+02+-+A1.pdf> [Acesso: 05/11/2022].

BARONE, C. *Some things never change: Gender segregation in higher education across eight nations and three decades*. *In: Sociology of Education*, 84(2), 2011, pp. 157-176.

BARONE, C., & ASSIRELLI, G. *Gender segregation in higher education: An empirical test of seven explanations*. *In: Higher Education*, 79(1), 2020, pp. 55-78.

BELTRÃO, K. I., & ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *In: Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 2009, pp. 125-156.

BERGER, P. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1976.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, fev. 1991, p. 50-56.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 17ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BRITO, R. DOS S. Intrincada trama de masculinidades e feminilidades: Fracasso escolar e meninos. *In: Cadernos de Pesquisa*, 36(127), 2006, pp. 129-149.

BRUSCHINI, C. Mulher e Trabalho: Engenheiras, Enfermeiras e Professoras. **Cadernos de Pesquisa**, 27, 1978, pp. 3-18.

BUCHMANN, C., DIPRETE, T. A., & MCDANIEL, A. *Gender inequalities in education*. *In: Annual Review of Sociology*, 34(1), 2008, pp. 319-337.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the discursive limits of 'sex'**. Nova York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. ***El Género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad***. Tradução de M. Rosa Muñoz. Barcelona: Gedisa, 2007.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998, pp. 142-150.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves *et al.* Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. *In: RAE eletrônica*, v. 3, n. 2, p. 0-0, 2004.

CAPPELLE, MÔNICA CARVALHO ALVES *et al.* A produção científica sobre gênero nas organizações: uma meta-análise. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 3, p. 502-528, 2007.

CARVALHAES, F., & RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *In: Tempo Social*, 31(1), 2019, pp.195-233.

CARVALHO, Marília Pinto. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). *In: Revista Brasileira de Educação* [online]. 2011, v. 16, n. 46 [Acessado 3 Novembro 2022] , pp. 99-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000100006>>. Epub 16 Maio 2011.

CECH, E. A. *The self-expressive edge of occupational sex segregation*. *In: American Journal of Sociology*, 119(3), 2013, pp. 747-789.

CHARLES, M., & BRADLEY, K. *Equal but separate? A cross-national study of sex segregation in higher education*. *In: American Sociological Review*, 67(4), 2002, pp. 573-599.

CHARLES, M., & BRADLEY, K. *Indulging our gendered selves? Sex segregation by field of study in 44 countries*. *In American Journal of Sociology*, 114(4), 2009, pp. 924-976.

CONNEL, Robert W. *Understanding men: gender sociology and the new international research on masculinities*. Disponível em: www.europrofem.org/contri/2_04_en/research-onmasculinities.pdf [Acesso 22 set 2022].

CROZIER, M. ***Le phénomène bureaucratique***. Paris: Seuil, 1963.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

DAIBERT JR., Robert. Entre homens e anjos: padres e celibato no período colonial no Brasil. *In: História dos homens no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

DEL PRIORE, Mary, **Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Segunda edição, São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary, **História e Conversas de Mulher**. Segunda edição, São Paulo: Planeta Brasil, 2014.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2004.

DEL PRIORE, Mary, AMANTINO, Marcia, **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013.

D'OLIVEIRA, A.F.P.L; SCHRAIBER, L.B. Violência de gênero, saúde reprodutiva e serviços. *In*: GIFFIN, K; COSTA, S. (orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ENGLAND, P. Emerging theories of care work. *Annual Review of Sociology*, 31(1), 2005, pp. 81-399.

ENGLAND, P., & LI, S. *Desegregation stalled: The changing gender composition of college majors, 1971- -2002*. *In: Gender & Society*, 20(5), 2006, pp. 657-677.

FAVERO, Marisalva. Problematizando as questões de gênero e sexualidade no Ensino Superior. **Ensino Superior e Lusofonia**, 2016.

FEDERICI, Silvia, **Mulheres e caça às bruxas**. Primeira edição, Boitempo Editorial, 2019.

FERREIRA, Suely. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. 5ª Edição, São Paulo: Editora Vozes, 2021.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *In: Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010.

FONSECA, R. M. G. S. (Org.). **Mulher e cidadania na nova ordem social**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP), 1996.

FONSECA, T. M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de Si**. Primeira Edição, Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Subject and Power*. *In*: DREYFUSS, H. & RABINOW P. **Beyond structuralism and hermeneutics**. Brighton: The Harvester Press., 1982.

GODINHO, Maria Inês Almeida. Violência simbólica contra a mulher: do espaço doméstico à universidade. *In: Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, v. 6, n. 1, p. 9-20, 2020.

GOMES, Romeu. A construção social da masculinidade. 2006. **Resenhas**, *In: Cad. Saúde Pública*, 22 (5), maio, 2006.

GOMES, Romeu. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. *In: Athenea digital*, 2008, pp. 237-243.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D. & MAKUCH, M. Y.. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, n.22, p. 201-246, 2004.

HIRATA, H. (2010). Teoria e práticas do *care*: Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. *In* N. FARIA, & R. MORENO (orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia**. SOF.

HIRATA, HELENA; KERGOAT, DANIELE. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. *In*: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

KIRK, J. & MILLER, J. (1986) Reliability and validity in qualitative research. Beverly Hills, Califórnia: Sage, apud SPINK, M.J.P..O estudo empírico das Representações Sociais. *In*: SPINK, M.J.P. (org.) **O Conhecimento no Cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. **A mulher na língua do povo**. Itatiaia, 1988. (Vol. 4).

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Cadernos de Pesquisa**: São Paulo, v. 36, 2006.

LONGARAY, D. A. & RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Educational spaces and the production of gay, transvestite and transsexual subjectivities*. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 62 jul.-set. 2015 723

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e poder. *In*: LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. pp. 14-36.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. *In*: LOPES, M. J.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *In*: **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: **História das mulheres no Brasil**, v. 2, 2010, pp. 443-481,

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MACIEL, Patrícia Daniela. Os jovens e a violência de gênero: o que dizem @s docentes. *In*: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**. Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis. 2017.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo social**, v. 7, p. 83-103, 1995.

MELO, Vitor Andrade; PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, p. 119-152, 2013.

MINAYO, Souza. **O desafio social da pesquisa**. 5ª Edição, São Paulo: Editora Vozes, 2021.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *In: Cadernos Pagu* (53), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. *In: Cadernos Pagu*, 2018.

MONTAGNOLI, Renata Lewandowski; DA SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues; DE MELO, Marilândes Mól Ribeiro. PARA ALÉM DO: MENINA VESTE ROSA E MENINO VESTE AZUL, DISCUTINDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA. *In: Revista Feminismos*, v. 8, n. 3, 2020.

MORAES, Adriana Zomer de. Relações de gênero e a formação de engenheiras e engenheiros. **Programa de Pós-Graduação em Educação**, 2021.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

NOLASCO, S. (1999). **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco.

OCHSENFELD, F. *Preferences, constraints, and the process of sex segregation in college majors: A choice analysis*. *In: Social Science Research*, 56, 2016, pp. 117-132.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *In: Inclusão Social*, Brasília, v.5, n.1, jul./dez., 2011, pp.69-77.

OLIVEIRA, Pillar. GÊNERO, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIAS: análise documental de conflitos escolares e seus silenciamentos. *In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT19 - GÊNERO, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIAS*, 2020.

ORWELL, George. **Por que eu escrevo e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

PINTO, Érica J. S., CARVALHO, M. E. P. de, & Rabay, G. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. *In: Revista Tempos e Espaços em Educação*, 10(22), 2017, pp.47-58.

PINTO, Érica Jaqueline Soares; DE CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. *In: Revista Tempos e espaços em Educação*, v. 10, n. 22, p. 47-58, 2017.

RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. *In: Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 11, p. 89-98, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. [Acesso em: 25 abr. 2022].

RESULTADOS INEP Disponível em:
<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acessado em 21 mar. 2022.

RIBEIRO, C. A. C., & SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In M. ARRETCHE (Org.). **Trajetórias das desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos** (p. 133-162). São Paulo: Editora Unesp, 2015.

RIBEIRO, Flavia Gripp. **Mães estudantes**: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2016. 63 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RICOLDI, A., & ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: Espaço garantido e novos desafios. In **Ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, Nº 33, 2016.

ROBLES, Marta. **Mulheres, Mitos e Deusas**. Terceira edição, São Paulo: Aleph, 2019.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. **Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler**. In: **Cad. Pagu** (43) • Jul-Dec 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430507> [Acesso em 25 de nov. de 2022]. 14.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANT'ANNA, Denize Bertuzzi. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, pp. 245-266.

SANTOS, Antônio Joaquim. **Metodologia científica**. 6 ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, AUGUSTO S. Violências contra estudantes no campus de uma universidade federal brasileira. In: **Gênero & Direito**, [S. l.], v. 8, n. 5, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/48614> [Acesso em: 25 out. 2022].

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. In: **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, 2018.

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York Iorque: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, jul./dez. de 1995, pp. 71-100.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**. [Trad. Jorge Bastos]. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SENKEVICS, A.S., & CARVALHO, M. P. de. Casa, rua, escola: Gênero e escolarização em setores populares urbanos. *In: Cadernos de Pesquisa*, 45(158), 2015, pp. 944-968.

SILVA, Gabriela Dourado da. **Violência contra mulheres no ambiente acadêmico**: uma análise sobre estudantes de cursos de exatas do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. Monografia apresentada ao Curso de Sociologia da UnB, 2018.

SILVA, Luciana Santos *et al.* **O queres tu mulher?**: manifestações de gênero no debate de constitucionalidade da lei Maria da Penha. 2009.

SOUZA, Viviam Mara Pereira de et al. Violência de gênero no espaço universitário. *In: Cogitare Enfermagem*, v. 26, 2021.

TEIXEIRA, A. **Educação progressiva**: uma introdução à filosofia da educação. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1999.

THÉBAUD, S., & CHARLES, M. *Segregation, stereotypes, and STEM*. *In: Social Sciences*, 7(7), 2018, p. 111.

TOLEDO, C. T., & CARVALHO, M. P. DE. Masculinidades e desempenho escolar: A construção de hierarquias entre pares. *In: Cadernos de Pesquisa*, 48(169), 2018, pp. 1002-1023.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *In: Cadernos pagu*, p. 127-152, 2005.

THE INTERCEPT. Três estudantes doparam e estupraram uma aluna de 17 anos durante viagem do Instituto Federal do [Piauí ao Tocantins](#) – The Intercept Brasil. Disponível em <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>. Acessado: 24/10/2022.

Um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro do Centro Universitário Estácio da Bahia, em [Salvador](#). Disponível em <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>.> Acessado em: 24/10/2022.

VARIKA, Helene. **Pensar gênero**. [Tradução: Paulo Sérgio de Souza Jr.]. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

WANDERMUREM, Marli. Corpo feminino, corpo sedutor, corpo profano: a construção teológica do corpo feminino como simbologia do mal. **Reger Virt: Revista Gênero Religioso. Salvador**, v. 1, n. 1, p. 7-27, 2007.

WANG, May-Lin; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa Seixas. Identidades masculinas: limites e possibilidades. *In: Psicologia em revista*, v. 12, n. 19, p. 54-65, 2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociologia Compreensiva. v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1991.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. Bruxas: figuras de poder. *In Revista Estudos Feministas*, v. 13, p. 331-341, 2005.